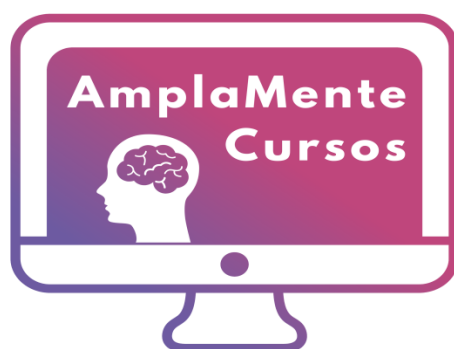


E-BOOK CONCEPÇÕES E PERSPECTIVAS PARA A EDUCAÇÃO
1ª ED VOL.1 ISBN: 978-65-992789-7-6 DOI: 10.47538/AC-2021.01

E-BOOK

CONCEPÇÕES E PERSPECTIVAS PARA A EDUCAÇÃO

1ª EDIÇÃO. VOLUME 01.



**EDITORA DE LIVROS
FORMAÇÃO CONTINUADA**

ORGANIZADORES

Luciano Luan Gomes Paiva
Dayana Lúcia Rodrigues de Freitas
Caroline Rodrigues de Freitas Fernandes

DOI: 10.47538/AC-2021.01




EDITORA DE LIVROS
FORMAÇÃO CONTINUADA
Ano 2021

E-BOOK

CONCEPÇÕES E PERSPECTIVAS PARA A EDUCAÇÃO

1ª EDIÇÃO. VOLUME 01.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Concepções e perspectivas para a educação : volume I [livro eletrônico] / organização Luciano Luan Gomes Paiva , Dayana Lúcia Rodrigues de Freitas , Caroline Rodrigues de Freitas Fernandes. -- 1. ed. -- Natal, RN : Amplamente Cursos e Formação Continuada, 2021.
PDF

ISBN 978-65-992789-7-6

1. Educação 2. Inovação tecnológica 3. Pesquisa científica I. Paiva, Luciano Luan Gomes. II. Freitas, Dayana Lúcia Rodrigues de. III. Fernandes, Caroline Rodrigues de Freitas.

21-54754

CDD-371.33

Índices para catálogo sistemático:

1. Educação : Tecnologias de informação e comunicação : Métodos de ensino 371.33

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Amplamente Cursos e Formação Continuada

CNPJ: 35.719.570/0001-10

E-mail: publicacoes@editoraamplamente.com.br

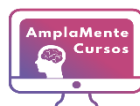
www.amplamentecursos.com

Telefone: (84) 999707-2900

Caixa Postal: 3402

CEP: 59082-971

Natal- Rio Grande do Norte – Brasil



EDITORA DE LIVROS
FORMAÇÃO CONTINUADA

Ano 2021

Editora Chefe:

Dayana Lúcia Rodrigues de Freitas

Assistentes Editoriais:

Caroline Rodrigues de F. Fernandes
Maria Pollyana Sales Vicente
Margarete Freitas Baptista

Bibliotecária:

Aline Grazielle Benitez

Projeto Gráfico e Diagramação:

Luciano Luan Gomes Paiva
Caroline Rodrigues de F. Fernandes

Imagem da Capa:

Shutterstock

2021 by Amplamente Cursos e Formação Continuada

Copyright © Amplamente Cursos e Formação Continuada

Edição de Arte:

Luciano Luan Gomes Paiva

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Amplamente Cursos e
Formação Continuada

Revisão:

Os autores

Direitos para esta edição cedidos pelos autores à

Amplamente Cursos e Formação Continuada.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de atribuição [Creative Commons. Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional \(CC-BY-NC-ND\)](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/).

Este e-book contém textos escritos por autores de diversos lugares do Brasil e, possivelmente, de fora do país. Todo o conteúdo escrito nos capítulos, assim como correção e confiabilidade são de inteira responsabilidade dos autores, inclusive podem não representar a posição oficial da Editora Amplamente Cursos.

A Editora Amplamente Cursos é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação. Todos os artigos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

É permitido o download desta obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Situações de má conduta ética e acadêmica ou quaisquer outros problemas que possam vir a surgir serão encaminhados ao Conselho Editorial para avaliação sob o rigor científico e ético.



Ano 2021

CONSELHO EDITORIAL

Dr. Damião Carlos Freires de Azevedo - Universidade Federal de Campina Grande

Dra. Danyelle Andrade Mota - Universidade Federal de Sergipe

Dra. Débora Cristina Modesto Barbosa - Universidade de Ribeirão Preto

Dra. Elane da Silva Barbosa - Universidade Estadual do Ceará

Dra. Eliana Campêlo Lago - Universidade Estadual do Maranhão

Dr. Everaldo Nery de Andrade - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Dra. Fernanda Miguel de Andrade - Universidade Federal de Pernambuco

Dr. Izael Oliveira Silva - Universidade Federal de Alagoas

Dr. Jakson dos Santos Ribeiro - Universidade Estadual do Maranhão

Dra. Josefa Gomes Neta - Faculdade Sucesso

Dr. Maykon dos Santos Marinho - Faculdade Maurício de Nassau

Dr. Rafael Leal da Silva - Secretaria de Educação e da Ciência e Tecnologia da Paraíba

Dra. Ralydiana Joyce Formiga Moura - Universidade Federal da Paraíba

Dra. Roberta Lopes Augustin - Faculdade Murialdo

Dra. Viviane Cristhyne Bini Conte - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Dr. Wanderley Azevedo de Brito - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

CONSELHO TÉCNICO CIENTÍFICO

Ma. Ana Claudia Silva Lima - Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves

Ma. Andreia Rodrigues de Andrade - Universidade Federal do Piauí

Esp. Bruna Coutinho Silva - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Ma. Camila de Freitas Moraes - Universidade Católica de Pelotas

Me. Carlos Eduardo Krüger - Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Esp. Caroline Rodrigues de Freitas Fernandes - Fanex Rede de Ensino

Me. Clécio Danilo Dias da Silva - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Me. Fabiano Eloy Atílio Batista - Universidade Federal de Viçosa

Me. Francisco Odécio Sales - Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Ceará



Ano 2021

- Me. Fydel Souza Santiago - Secretaria de Educação do Estado do Espírito Santo
- Me. Giovane Silva Balbino - Universidade Estadual de Campinas
- Ma. Heidy Cristina Boaventura Siqueira - Universidade Estadual de Montes Claros
- Me. Jaiurte Gomes Martins da Silva - Universidade Federal Rural de Pernambuco
- Me. João Antônio de Sousa Lira - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
- Me. João Paulo Falavinha Marcon - Faculdade Campo Real
- Me. José Henrique de Lacerda Furtado - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro
- Me. José Flôr de Medeiros Júnior - Universidade de Uberaba
- Ma. Josicleide de Oliveira Freire - Universidade Federal de Alagoas
- Me. Lucas Peres Guimarães - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro
- Ma. Luma Mirely de Souza Brandão - Universidade Tiradentes
- Me. Marcel Alcleante Alexandre de Sousa - Universidade Federal da Paraíba
- Me. Márcio Bonini Notari - Universidade Federal de Pelotas
- Ma. Maria Antônia Ramos Costa - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia
- Ma. Maria Inês Branquinho da Costa Neves - Universidade Católica Portuguesa
- Me. Milson dos Santos Barbosa - Universidade Tiradentes
- Ma. Náyra de Oliveira Frederico Pinto - Universidade Federal do Ceará
- Me. Paulo Roberto Meloni Monteiro Bressan - Faculdade de Educação e Meio Ambiente
- Ma. Rosiane Correa Guimarães - Universidade Federal de Jataí
- Ma. Sirlei de Melo Milani - Universidade do Estado de Mato Grosso
- Ma. Viviane Cordeiro de Queiroz - Universidade Federal da Paraíba
- Me. Weberson Ferreira Dias - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Todos os autores desta obra declaram que trabalharam ativamente na produção dos seus trabalhos, desde o planejamento, organização, criação de plano de pesquisa, revisão de literatura, caracterização metodológica, até mesmo na construção dos dados, interpretações, análises, reflexões e conclusões. Assim como, atestam que seus artigos não possuem plágio acadêmico, nem tampouco dados e resultados fraudulentos. Os autores também declaram que não possuem interesse comercial com a publicação do artigo, objetivando apenas a divulgação científica por meio de coletâneas em temáticas específicas.

APRESENTAÇÃO

O E-book *Concepções e perspectivas para a Educação* consiste em uma coletânea de textos científicos oriundos de teorias e práticas docentes nos diversos contextos de ensino e aprendizagem educacional, principalmente voltada às novas concepções e perspectivas educacionais na contemporaneidade.

Nesse sentido, este e-book direciona os diálogos às provocações emergentes, como a descentralização do saber e potencialidades das tecnologias digitais no campo educacional, a ressignificação e descontinuidade dos métodos de ensino tradicionais, o direcionamento neoliberal na Educação, efetividade nas Leis e Políticas Públicas de inclusão às pessoas com deficiência, a Educação como centro de diálogo às diversidades e adversidades cotidianas, entre outros debates.

É nesse sentido que, o E-book *Concepções e perspectivas para a Educação* traz diversos textos de professores pesquisadores em formato de artigos completos oriundos de Pesquisa Concluída, Pesquisa em Andamento, Ensaio Acadêmico e Relato de Experiência para suscitar um debate importante para os profissionais de diferentes áreas de ensino.

Assim, em nome da Editora Amplamente Cursos, convido a todas as pessoas para a leitura do Ebook *Concepções e perspectivas para a Educação*, que traz propostas, concepções, perspectivas, melhorias, apontamentos, análises entre outras questões importantes para o campo educacional. Desejo uma ótima leitura!

Luciano Luan Gomes Paiva

SUMÁRIO

CAPÍTULO I	11
A ATUAÇÃO DO PSICOPEDAGOGO NA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Maria Fernanda de Lima Figueiredo; Dymonna Sandryne da Silva Melo; Irene Rodrigues dos Santos.	
DOI-Capítulo: 10.47538/AC-2021.01-01	
CAPÍTULO II	21
A CONSTRUÇÃO DE VALORES ÉTICOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA REFLEXÃO NECESSÁRIA	
Antônia Irení Almeida Oliveira; Rosilda de Jesus Silva; Heleuzina Lima Bastos; Tânia Almeida Calixto; Marinalva Bezerra da Silva.	
DOI-Capítulo: 10.47538/AC-2021.01-02	
CAPÍTULO III	41
A IMPORTÂNCIA DA LEITURA NA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Maciel da Paixão Borges; Eliana Ester Cristante Mendes; Adriana Ferreira da Silva; Moraes Eneidina Aparecida da Silva.	
DOI-Capítulo: 10.47538/AC-2021.01-03	
CAPÍTULO IV.....	51
A IMPORTÂNCIA DA LUDICIDADE COMO METODOLOGIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Maciel da Paixão Borges; Tamires Aline de Amorim.	
DOI-Capítulo: 10.47538/AC-2021.01-04	
CAPÍTULO V	63
A INSERÇÃO DE TECNOLOGIAS DIGITAIS EM SALA DE AULA, EM TURMAS DE ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL, ATRAVÉS DE PROJETOS	
Caroline Rodrigues De Freitas Fernandes; Dayana Lúcia Rodrigues De Freitas; Francisca Elitânia Bezerra de Araújo; Jassiara Santos Borges.	
DOI-Capítulo: 10.47538/AC-2021.01-05	
CAPÍTULO VI.....	72
A INTERDISCIPLINARIDADE COMO FERRAMENTA METODOLÓGICA PARA O ENSINO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Caroline Rodrigues de Freitas Fernandes; Dayana Lúcia Rodrigues de Freitas; Damares de Oliveira Teixeira; Josete Rodrigues da Silva; Ana Clécia Ribeiro Santos Sousa; Josieane Guimarães dos Anjos.	
DOI-Capítulo: 10.47538/AC-2021.01-06	

CAPÍTULO VII.....	82
A SOLIDARIEDADE ATRAVÉS DE UM PASSO DE DANÇA: UM BREVE RELATO DE UMA ARTE INSPIRANDO AMOR	
Sybelles de Lima Evangelista	
DOI-Capítulo: 10.47538/AC-2021.01-07	
CAPÍTULO VIII	94
A VARIAÇÃO SOCIAL E O PARÂMETRO DO SUJEITO NULO	
José Carlos Assunção Novaes	
DOI-Capítulo: 10.47538/AC-2021.01-08	
CAPÍTULO IX.....	113
ADAPTAÇÃO CURRICULAR NO ENSINO DA MATEMÁTICA	
Maria das Vitórias Nascimento de Assis da Silva	
DOI-Capítulo: 10.47538/AC-2021.01-09	
CAPÍTULO X	129
CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS E AS ESTRATÉGIAS UTILIZADAS PELOS PROFESSORES NA PRÉ-ESCOLA	
Girlele Rosa de Souza Silva; Alzineide da Silva Nascimento; Claudia Zilene Grigorio Antunes; Francisca das Chagas dos Santos Almeida.	
DOI-Capítulo: 10.47538/AC-2021.01-10	
CAPÍTULO XI.....	139
EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA LEITURA DO TRABALHO PEDAGÓGICO.	
Nednaldo Dantas dos Santos; Ilkecia Kalini Silva; Dayanne Chianca de Moura.	
DOI-Capítulo: 10.47538/AC-2021.01-11	
CAPÍTULO XII.....	158
ESCOLA INCLUSIVA E O PAPEL DA FAMÍLIA E DA ESCOLA NO PROCESSO ENSINO E APRENDIZAGEM DO ALUNO ESPECIAL	
Girlele Patrícia de Melo Antunes; Karina Regina de Oliveira Tavares; Estela Batista da Silva Ramos; Salione Silva.	
DOI-Capítulo: 10.47538/AC-2021.01-12	
CAPÍTULO XIII	173
FANFARRA BOANERGES BASTOS – A FÊNIX DO NOROESTE FLUMINENSE	
Ederilton Cassiano Toledo; João Paulo de Oliveira Faria; Diosnel Centurión.	
DOI-Capítulo: 10.47538/AC-2021.01-13	

CAPÍTULO XIV.....	197
FORMAÇÃO DO SAL ESMERALDINA DOPADO COM ÁCIDOS MONO E DÍ CARBOXÍLICO POR MEIO DA ESTRUTURA DE BASE ESMERALDINA	
Adão Machado Lima	
DOI-Capítulo: 10.47538/AC-2021.01-14	
CAPÍTULO XV.....	209
HISTÓRIA, CULTURA E ANCESTRALIDADE INDÍGENA E AFRO-BRASILEIRA NA COSTA DE CAMAÇARI	
Diego de Jesus Copque	
DOI-Capítulo: 10.47538/AC-2021.01-15	
CAPÍTULO XVI.....	232
O ENSINO DA MATEMÁTICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Nednaldo Dantas dos Santos; Dayanne Chianca de Moura.	
DOI-Capítulo: 10.47538/AC-2021.01-16	
CAPÍTULO XVII.....	248
POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA QUESTÃO PARA DISCUTIR COM OS PROTAGONISTAS DA EDUCAÇÃO – OS ALUNOS	
Maria Geni Pereira Bilio; Marilene Luzia Pinto de Carvalho; Ricardo Assis; Marilda Domingas Pinto; Heliton Luiz Domingos.	
DOI-Capítulo: 10.47538/AC-2021.01-17	
CAPÍTULO XVIII.....	259
PRÁTICA PEDAGÓGICA: CONSTRUINDO SABERES PARA O PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM	
Girlene Rosa de Souza Silva; Alzineide da Silva Nascimento; Claudia Zilene Grigorio Antunes; Francisca das Chagas dos Santos Almeida.	
DOI-Capítulo: 10.47538/AC-2021.01-18	
CAPÍTULO XIX.....	269
PROJETO - A FORMAÇÃO CONTINUADA DO DOCENTE NOS TEMPOS ATUAIS: SUA IMPORTÂNCIA PARA ALUNOS E PARA PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS/PR	
Cláudia Daniela Cazzare; Maria Oracilda Castanha Santos.	
DOI-Capítulo: 10.47538/AC-2021.01-19	
SOBRE OS ORGANIZADORES.....	277
SOBRE OS AUTORES.....	279
ÍNDICE REMISSIVO.....	291

CAPÍTULO XV

HISTÓRIA, CULTURA E ANCESTRALIDADE INDÍGENA E AFRO-BRASILEIRA NA COSTA DE CAMAÇARI

Diego de Jesus Copque⁴⁸

DOI-Capítulo: 10.47538/AC-2021.01-15

RESUMO:

A proposta deste trabalho é contar a história do distrito de São Bento de Monte Gordo, localizado na Costa de Camaçari-Ba, abordando sua trajetória desde sua criação a partir da fundação do Aldeamento de Santo Antônio da Ressaca da Barra do Jacuípe, em 1560. Seu território compôs o terceiro aldeamento indígena fundado no litoral norte da Capitania da Bahia de Todos-os-Santos. A pesquisa buscou ressaltar a importância das lutas e resistências dos povos indígenas, africanos e seus descendentes na região, hoje formada por uma comunidade multiétnica, herdeira de uma identidade e cultura ancestrais, oriundas de seus antigos povoadores. Este estudo ressalta a importância de seu legado histórico, arqueológico e ancestral-cultural forjado pelo entrelaçamento de diversas etnias desde o período anterior à colonização.

PALAVRAS-CHAVE: Ancestralidade. Aldeamento indígena. Vila de Abrantes. Monte Gordo. Costa de Camaçari.

ABSTRACT:

The purpose of this work is to tell the story of the district of São Bento de Monte Gordo, located on the Coast of Camaçari-Ba, addressing its trajectory since its creation from the foundation of the Village of Santo Antônio da Ressaca da Barra do Jacuípe, in 1560. Its territory comprised the third indigenous settlement founded on the north coast of the Captaincy of Bahia de Todos-os-Santos. The research sought to highlight the importance of the struggles and resistance of indigenous peoples, Africans and their descendants in the region, today formed by a multiethnic community, heir to an ancestral identity and culture, originating from its former settlers. This study highlights the importance of its historical, archaeological and ancestral-cultural legacy forged by the intertwining of different ethnicities since the period before colonization.

KEYWORDS: Ancestrality. Indigenous village. Abrantes village. Monte Gordo. Camaçari Coast.

48Bacharel e Licenciado em História pela Universidade Católica do Salvador – UCSAL. Pesquisador da história de Camaçari e autor do livro *Do Joanes ao Jacuípe, uma história de muitas querelas, tensões e disputas locais*. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9680283378848839>. <https://orcid.org/0000-0002-1337-2300>. E-mail: diegokopke@gmail.com.

INTRODUÇÃO

A história do município de Camaçari, na Bahia, é caracterizada pela fundação de quatro aldeamentos indígenas, bem como pela resistência de descendentes dos povos indígenas, africanos e de afro-brasileiros. O primeiro aldeamento a ser fundado foi denominado de Espírito Santo e o segundo, terceiro e quarto, respectivamente, foram o de Santo Antônio de Rembé, Santo Antônio da Barra do Rio Jacuípe e Bom Jesus de Tatuapara.

Muitos topônimos da cidade carregam em seus nomes antigas designações de origem tupi-guarani, a exemplo do nome da sede do município "Camassary", uma espécie de árvore que produz um líquido branco, apelidada pelos índios tupinambás de "árvore que chora"⁴⁹.

Cria-se entre a casca e o âmago desta árvore uma matéria grossa e alva, que pega como terebintina; e é da mesma cor, ainda que mais alva; o que lança dando-lhe piques na casca em fio, e o mesmo lança ao lavrar e ao serrar, e lança em muita quantidade[...] (SOUZA, 1879, p. 196).

Essa árvore é nativa da região, sendo hoje um tipo raro. A denominação nos remete ao século XVI, uma vez que o povoado denominado de Camaçari nasceu às margens do rio do mesmo nome da cidade e na borda da "Estrada das Boiadas", uma milenar trilha de terra outrora utilizada pelos povos indígenas.

O cronista do século XVI Gabriel Soares de Souza, em sua obra *Tratado Descritivo do Brasil*, diz:

Têm os tupinambás grande conhecimento da terra por onde andam, pondo o rosto no sol, por onde se governam; com o que atinam grandes caminhos pelo deserto, por onde nunca andaram; como se verá pelo que aconteceu já na Bahia, de onde mandaram dois índios destes tupinambás degredados pela justiça por seus delitos, para Rio de Janeiro, onde foram levados por mar; os quais se vieram de lá fugidos, afastando-se sempre do povoado, por não ser sentidos por seus contrários; e vinham sempre caminhando pelos matos; e desta maneira atinaram com a Bahia, e chegaram a sua aldeia, de onde eram naturais a salvamento, sendo caminho mais de trezentas léguas (SOUZA, 1879, p. 297-298).

⁴⁹ TIBIRIÇÁ, Luiz Caldas. *Dicionário de topônimos brasileiros de origem tupi*: significados dos nomes geográficos de origem tupi. São Paulo, Traços, 1985. p. 35; NAVARRO, Eduardo de Almeida. *Dicionário de tupi antigo*: a língua indígena clássica do Brasil. São Paulo. Global. 2013. p. 551.

No início da colonização, essa estrada passou a ser utilizada pelos portugueses para o tráfego das boiadas conduzidas das fazendas do sertão para a Cidade do Salvador. Essa atividade fez com que aquela primitiva trilha de chão passasse a ser denominada de Estrada Real das Boiadas.

O Aldeamento do Espírito Santo foi fundado no Dia de Pentecostes em 29 de maio de 1558 (COPQUE, 2019). Após 200 anos de administração da Companhia de Jesus, o aldeamento foi elevado a vila. Esse fato ocorreu a partir da implantação do Diretório dos Índios, ou Diretório Pombalino, instituído em 17 de agosto de 1758, sendo abolido 40 anos depois em 1798. O Período Pombalino (1750 a 1777) corresponde aos anos em que o Marquês de Pombal exerceu o cargo de primeiro-ministro de Portugal. O Diretório Pombalino, em tese, proibia a escravidão indígena e criava medidas que tinham como objetivo a integração dos povos indígenas à lógica do sistema colonial português. Por essa razão, o Aldeamento do Espírito Santo foi elevado ao *status* de vila e se tornou a primeira vila indígena do Brasil. No que diz respeito ao Aldeamento de Santo Antônio de Rembé (COPQUE, 2020), ele foi desativado em 1725.

A sede administrativa do município é hoje a antiga povoação de Camaçari. Durante 167 anos, a Vila de Abrantes foi sede administrativa de seu território e, em 1925, perdeu esta primazia e tornou-se distrito. Atualmente, Camaçari é composta de uma sede e dois distritos, que são Vila de Abrantes e São Bento de Monte Gordo.

Comprovadamente, Camaçari possui nove sítios arqueológicos cadastrados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e, entre as categorias arqueológicas, temos sítio anterior à colonização, colonial e histórico (COPQUE, 2020). Entre esses, encontra-se o sítio arqueológico da Praça da Vila de Abrantes categorizado como sítio histórico, estando nele inclusos o adro e a Igreja Matriz do Espírito Santo, com uma área de 24.200 metros quadrados, 220 metros de comprimento e 110 metros de largura. No local, foram efetuadas escavações do sítio arqueológico e anotados os registros do material existente (BOURSCHEID, 2014).

Entre os vestígios identificados, estão faiança portuguesa, faiança fina inglesa, louça de Macau, grés, fragmentos de cachimbo cerâmico, moedas, restos de ossos alimentares e estruturas funerárias. Somados a esses objetos, encontram-se pratos de

Veneza, pratos e tigelas da Índia e de Macau, entre outros, que constaram do inventário dos padres da Companhia de Jesus, datado de 1758.

A partir dos registros eclesiásticos de óbitos da Vila da Nova Abrantes do Espírito Santo, foi possível para nosso estudo constatar que, no adro e dentro da igreja, se preservou um cemitério indígena por cerca de 200 anos, entre 1559 e 1758. Desde a mudança de *status* do aldeamento para a vila em 1758, seu campo-santo se tornou uma necrópole multiétnica, onde foram sepultados os moradores da vila e das localidades adjacentes por um período de mais 125 anos, entre 1758 e 1883.

SÃO BENTO DE MONTE GORDO

Monte Gordo é o segundo maior distrito em extensão territorial do município de Camaçari, com 292 quilômetros quadrados (COPQUE, 2020). Só é menor que a sede do município, com 358 quilômetros quadrados, somados aos 184 quilômetros quadrados da área do Polo Industrial. De acordo com dados da Prefeitura, o distrito de Abrantes tem 133 quilômetros quadrados de área territorial. Monte Gordo tem uma população estimada em 29 mil pessoas. Seu território engloba povoações que têm a peculiaridade de manter vivas suas designações indígenas que receberam dos povos originários desde os tempos que antecedem ao século XVI.

O povoado de Barra do Jacuípe, localizado a sudeste da Estrada do Coco, está situado às margens do Rio Jacuípe, cuja palavra, de origem tupi, traduzida para o português significa “rio dos jacus”, um tipo de ave galinácea que habitava a região; Guarajuba ou Guigrajuba, por sua vez, significa “garça dourada” ou “garça amarela”; Itacimirim, que outrora era grafado como Tassimirim, significa “pequena fileira de pedras”; Genipabu, Rio dos Jenipapos; e finalmente Barra do Pojuca, que quer dizer “fonte de água podre” ou “água não potável”.

Conforme o *Projeto de Diagnóstico Arqueológico Interventivo* (BOURSCHEI, 2014, p. 31-34) e outros importantes estudos, a região abriga importantes sítios arqueológicos desde o Rio Joanes ao Pojuca.

Os índios brasileiros não deixaram monumentos porque seus únicos materiais de construção eram a madeira, o cipó e o capim, que são encontrados em grande abundância, mas se deterioram com muita rapidez devido ao clima tropical e ao ataque de cupins e de uma miríade de outros insetos que infestam o Brasil (HEMMING, 2018, p. 104).

Apesar de os povos indígenas não terem nos legado grandes monumentos, existem os sambaquis, que são depósitos construídos pelo homem, compostos de materiais orgânicos e calcários, os quais se constituem em uma grande fonte de estudos. Seu conteúdo pode nos dizer muito sobre as primeiras povoações de um determinado território.

No que tange à região do Rio Jacuípe, três sítios arqueológicos foram denominados de Jacuípe I, II e III. Os sítios foram pesquisados e registrados por Luís Fernando Erig Lima. O primeiro trata-se de um sítio multicomponencial, pré-colonial e histórico, localizado na margem esquerda do Rio Jacuípe, com área total de 1.950 metros quadrados, 65 metros de comprimento e 30 metros de largura, no qual foram identificados vestígios líticos lascados e concentrações de material cerâmico. O segundo é um sítio arqueológico pré-colonial da tradição Aratu, também localizado na margem esquerda do Jacuípe, com área total de 3.000 metros quadrados, 50 metros de comprimento e 60 metros de largura, onde foram identificadas concentrações de material cerâmico. O terceiro é um sítio cerâmico da tradição Aratu, localizado a 200 metros do Córrego da Corma, com área total de 5.600 metros quadrados, 800 metros de comprimento e 70 metros de largura. Nesse sítio, foram identificados materiais cerâmicos e artefatos líticos lascados.

Esses sítios arqueológicos acusam a presença na região, durante o período anterior à chegada dos colonizadores, de povos nômades caçadores cujos nomes étnicos não são conhecidos, mas que ocuparam o local por milhares de anos. Foram seguidos dos povos da cultura Aratu, que aqui estiveram presentes por, aproximadamente, dois mil anos e, finalmente, os índios tupis, principalmente os tupinambás, que tinham como característica a caça, a pesca e a agricultura de subsistência, e que substituíram os povos de cultura Aratu após expulsá-los da região. A tradição Aratu provém de uma nação indígena denominada Aratu por se desconhecer seu nome, acredita-se que fossem oriundos da região do Vale do Paraíba, entre as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, uma região formada pelas duas capitais. Sua história na Bahia refere-se há, aproximadamente, dois

mil anos, época em que eles utilizavam material lítico lascado para produzir ferramentas de corte e perfuração. Além desses três sítios arqueológicos, temos os sítios denominados de Sonrisal I e Sonrisal II, caracterizados como anterior à colonização e de tradição tupi-guarani, sistema regional Tupinambá.

O Sítio Sonrisal possui 60 metros de comprimento e 40 metros de largura, estando localizado a 188 metros do Rio Sonrisal, onde foram identificadas estruturas de combustão, concentrações de material cerâmico e artefatos líticos lascados. O Sítio Sonrisal II possui uma área de 4.800 metros quadrados, 80 metros de comprimento e 60 metros de largura, estando localizado a 300 metros do rio, onde foram identificadas estruturas de combustão, concentrações de material cerâmico e artefatos líticos polidos.

A respeito dos povos tupis e jês, John Hemming registra:

Os tupi-guaranis estavam estabelecidos ao longo da maior parte da costa atlântica. É possível que tenham provindo dos contrafortes dos Andes ou do planalto do médio Paraguai e Paraná e tenham seguido um processo de gradativa invasão da costa brasileira rumo ao norte [...]. Os jês ocupavam o vasto e relativamente aberto planalto central do Brasil. Descendem talvez dos habitantes originais do Brasil. Os fósseis humanos mais antigos, encontrados em Lagoa Santa, Minas Gerais, que datam de mais de dez mil anos, correspondem fisicamente aos tipos jês atuais (HEMMING, 2018, p. 101).

A partir do processo de colonização, o distrito de Monte Gordo tem origem em dois importantes núcleos de povoação e não nos portos de pescadores de Guarajuba e Itacimirim, como se acredita a partir do senso comum. Ele surge após os índios tupinambás da região terem sido subjugados pelos colonizadores e pela fundação do Aldeamento de Santo Antônio da Ressaca e da capela de Santo Antônio da Barra do Rio Jacuípe e, posteriormente, a de São Bento de Monte Gordo.

O aldeamento foi fundado em meados do século XVI por concessão de Garcia D'Ávila, que aforou a sesmaria do Conde da Castanheira, que se iniciava depois do Aldeamento de Santo Antônio de Rembé (Arembepe). Os padres da Companhia de Jesus fundaram, nas margens do Rio Jacuípe, o aldeamento indígena denominado de Santo Antônio da Ressaca. Naquele momento, foi erguida uma igreja de palha e madeira, pois, para uma missão religiosa funcionar, era preciso, no mínimo, uma capela. O referido

aldeamento recebeu essa designação por causa da ressaca que o mar produzia na barra do Rio Jacuípe.

De acordo como *Dicionario Geographico Historico e Descriptivo do Imperio do Brazil*, do militar francês J.C.R. Milliet de Saint-Adolphe:

Jacuhipe. Ribeiro da provincia da Bahia, no districto da Villa de São - Francisco, onde tem origem. Rega a povoação de Santo -Antonio, e lança-se no Oceano, em 12 graos 42 minutos de latitude. Dá navegação sómente a canoas, e sua barra se acha entupida com as areas que accarretão as ressacas, motivo porque derão o nome de Ressaca á aldeia dos jesuitas, convertida presentemente na povoação de Santo Antonio. (SAINT-ADOLPHE, 1845, v. I, p. 515).

O *Almanak Laemmert* (1909, ed.066, p. C7) acrescenta:

O rio jacuipe que nasce na ladeira de Brotas, freguezia do Rio Fundo, termo de Santo Amaro atravessa esta freguezia e as do Monte, S. Sebastião das Cabeceiras de Passé e Matta de S. João, banhando um grande número de celebres engenhos e a Villa da Matta, recebendo de mais importante apenas o Jacumirim, e indo fazer barra ao S. Bento de Monte Gordo n'um logar onde antigamente os jesuitas fundaram, no principio a povoação, uma aldeia de indios, conhecida por Santo Antonio da Ressaca, pela muita que alli faz o mar.

Entre outras, há uma importante evidência da antiguidade da localidade que se tornaria freguesia de Santo Amaro de Ipitanga e da povoação de Barra do Jacuípe. Nesse caso, o testemunho provém das primeiras visitas do Santo Ofício na Bahia entre os anos de 1591 e 1595. O documento a que me refiro encontra-se no Arquivo Nacional Torre do Tombo em Portugal⁵⁰. Essa preciosa fonte nos informa que fora excomungado da Igreja Católica, em junho de 1590, o súdito português João Dias, lavrador, cristão velho natural da Ilha Terceira no arquipélago dos Açores, filho de Pero Brás e Isabel Lopes, casado com Antônia Dias, qualificada nos autos como "Negra Brasil"⁵¹.

João Dias era morador na Barra do Jacuípe e tinha uma roça na localidade de Ipitanga. Ele fora excomungado pelo vigário geral⁵²Pero do Campo e condenado a pagar

⁵⁰ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO (ANTT). Tribunal do Santo Oficio, Inquisição de Lisboa, Processo 2562. João Dias.

⁵¹ Negro Brasil, Negro da Terra, ou Negros Brasis, eram expressões utilizadas pelos colonizadores para designar, de forma genérica, os povos indígenas e, da mesma forma, utilizavam a expressão Negro da Guiné para generalizar os povos africanos.

⁵² Vigário-Geral: Juiz eclesiástico, doutor em Direito Canônico ou bacharel. Provido pelo arcebispo ou pelo bispo (BOTELHO, Ângela Vianna; REIS, Liana Maria. Dicionário Histórico Brasil Colônia e Império.6. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.p. 204).

20 cruzados como uma espécie de multa em razão dos desentendimentos que tivera com o padre Pantaleão Gonçalves, que residia no Monte Calvário (atual bairro do Santo Antônio Além-do-Carmo na Cidade do Salvador). O desentendimento e a excomunhão de João Dias se deram por causa de uma sesmaria de 500 braças de terras que o padre Pantaleão Gonçalves havia recebido do governador nas imediações dos rios Ipitanga e Joanes.

Passado mais de um ano de sua excomunhão, João Dias fora advertido por algumas pessoas que, decorrido o período de 12 meses de sua excomunhão, seria necessário que ele pedisse à Igreja o benefício de sua absolvição. Entre as pessoas que o aconselharam, figuram seu cunhado, Luís Álvares, que também era lavrador, e o latifundiário Garcia D'Ávila. O interessante é que o poderoso Garcia D'Ávila, nesse mesmo período, teve sua esposa Mecia Rodrigues, de origem étnica hebreu sefardita, cristã nova, investigada e presa pelo Santo Ofício. No caso de sua mulher, as suspeitas eram de práticas de judaísmo, o que não ficou comprovado ao término do processo⁵³. João Dias fora delatado às autoridades eclesiásticas por seu próprio cunhado Luís Álvares. A denúncia foi enviada para o padre Visitador do Santo Ofício, Heitor Furtado de Mendonça, que instaurou processo investigatório em que houve a participação do padre da Companhia de Jesus, Fernão Cardim⁵⁴.

⁵³ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO (ANTT). Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, Processo 10704. Mecia Rodrigues)

⁵⁴ Fernão Cardim nasceu em Viana do Alentejo em Portugal por volta de 1548, ingressou na Companhia de Jesus em 1556, chegou ao Brasil em 1583, na condição de secretário visitador da companhia e visitou as capitanias de Pernambuco, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia. Foi eleito procurador pela província do Brasil em 1598, voltou para Portugal e regressou ao Brasil em 1601, quando foi aprisionado por corsários ingleses que lhe confiscaram sua obra, um livro que trata da fauna, flora, geologia e etnografia brasileira, das origens dos povos indígenas brasileiros, seus costumes, cultos religiosos e cerimônias. Após ser libertado pelos ingleses, voltou ao Brasil em 1604, como provincial da Companhia de Jesus até 1609. Suas visitas pelo Brasil resultaram em importantes obras: dois tratados e duas cartas. O primeiro tratado se referia ao clima e terra do Brasil, o segundo abordava as origens e os costumes dos índios, e foram publicados, com suas narrativas epistolares, como *Tratados da terra e da gente do Brasil*. Cardim também foi reitor do Colégio da Bahia, onde teve como discípulo o padre Antônio Vieira. Fernão Cardim morreu e foi sepultado na Igreja do Espírito Santo no Aldeamento do Espírito Santo (Vila de Abrantes) no dia 27 de janeiro de 1625, no ápice das batalhas contra a invasão holandesa, período entre 9 de maio de 1624 e 27 de março de 1625. Segundo o *Dicionário das famílias brasileiras* (São Paulo, 2001, CD-ROM), a Família Cardim é de origem inglesa. Além de Fernão Cardim, outros membros da família foram padres jesuítas, a exemplo de seus dois irmãos Lourenço Cardim e Diogo Frões, e seus sobrinhos: João Cardim, Diogo Cardim e Francisco Cardim. Muitos de seus familiares migraram para diversas capitanias do Brasil. Na Bahia, registra-se a presença da família desde o século XVI. Há, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo de Lisboa, um documento da visitação do Santo Ofício na Bahia, referente à Inquisição de Lisboa, datado de 1591, cujo processo é identificado pelo número 11036, que trata de acusação de heresia contra o lavrador Pantaleão Ribeiro, natural da cidade do Porto, residente em Jaguaripe na Capitania da Bahia, casado com Antonia Cardim. O *Dicionário das famílias brasileiras* registra, em Jaguaripe, a presença de Sebastião Ribeiro Cardim, nascido na freguesia de Nossa Senhora da Ajuda, Jaguaripe, que deixou descendência do seu casamento, por volta de

Na conclusão dos autos, em 27 de janeiro de 1593, foi deliberado pelas autoridades inquisitórias que João Dias não havia solicitado absolvição de sua excomunhão por pura ignorância e que, na verdade, ele seria um homem extremamente rude, e por essa razão deveria apenas ser repreendido e pagar dez cruzados por conta das despesas do Santo Ofício com a instauração do procedimento. Esse processo, além de nos revelar fatos relacionados à primeira visitação do Santo Ofício ao Brasil, é mais uma referência relacionada aos primeiros anos da povoação de Barra do Jacuípe.

No início do século XVII, por volta do ano de 1600, Garcia D'Ávila fundou a capela de São Bento do Monte Gordo, que distava uma légua da capela de Santo Antônio do Rio Jacuípe. Além de fundador, ele era o mantenedor das duas capelas, entre outras que construiu no Recôncavo baiano.

Seu testamento, datado de 18 de maio de 1609, publicado nos *Annaes do Archivo Publico e do Museu do Estado da Bahia* (BARROS, 1920, v. VI e VII, p. 68-75), nos traz importantes referências a respeito dos primórdios de Barra do Jacuípe e São Bento do Monte Gordo. Nesse documento, Garcia D'Ávila declara que era proprietário de um "prazo em fatiota", ou seja, de uma herdade em que o dono concede a outra pessoa o direito e senhorio útil perpétuo de sua propriedade recebendo, para isso, pagamento. Esse *prazo* refere-se às seis léguas de terras em quadra que tinha início na barra do Rio Jacuípe para o sul daquela povoação, proveniente da sesmaria que o Conde de Castanheira recebeu e de que nunca se apossara. Essas terras se tornaram, ao longo dos séculos, o que hoje conhecemos por Distrito de Monte Gordo. As terras da Barra do Jacuípe, assim como as de Monte Gordo, foram transformadas por Garcia D'Ávila em fazendas de gado, mantendo, nas duas propriedades, capelas dedicadas aos seus santos de devoção.

Garcia D'Ávila determinou, no referido testamento, que seu neto e herdeiro Francisco Dias D'Ávila tomasse providências para que todas as quartas-feiras fossem celebradas, na capela de São Bento de Monte Gordo, missas dedicadas ao santo. E, para

1664, com Beatriz Rodrigues Fortes, nascida na freguesia da Madre de Deus, Ilha dos Frades. Entre os descendentes de Sebastião Cardim, registram-se ainda João Cardim da Silva [1680, Bahia -], que, por 12 anos, foi religioso da Companhia de Jesus e, em 1719, se tornou Juiz de Fora de Vila de Abrantes em Portugal.

conservação daquela igreja, da fazenda e do porto de Barra do Jacuípe⁵⁵, era preciso que se mantivessem todos os índios da fazenda “forros”, ou seja, livres do trabalho escravo. Garcia D’Ávila, inclusive, rogava ao governador e demais autoridades da Capitania da Baía que atentassem para o benefício da coletividade a partir de sua solicitação, pois, segundo suas palavras, caso houvesse tentativa de invasão da colônia do Brasil naquela região do litoral, estes mesmos índios alforriados das Fazendas de Barra do Jacuípe e de Monte Gordo estariam aptos como soldados para a defesa do território, pensando principalmente no caso de invasões de outras nações europeias. Acreditava que, para isso, era preciso que mantivessem os capelães atuantes nas suas capelas, dando manutenção aos sacramentos e à doutrina, como “ele sempre mandou fazer”. Ainda acrescenta que parte das terras referentes ao *prazo* do Conde da Castanheira, na Barra do Rio Jacuípe, deveria ficar como pagamento do dote de suas duas netas, filhas de seu filho mameluco João Homem, que morreu combatendo nações indígenas no sertão, além de que uma légua de terra para o norte da Barra do Jacuípe deveria ser doada a Domingos Fernandes Quaresma. Por fim, ele concede alforria a alguns escravos indígenas, africanos e mestiços e, também, aos familiares desses cativos que trabalharam por longos anos na Fazenda da Barra do Rio Jacuípe.

A história da descendência da família D’Ávila está centrada em filhos “bastardos”, como por exemplo, o mameluco João Homem, – morto ainda jovem em conflito com indígenas no sertão – e da mameluca Isabel D’Ávila, casada com Diogo Dias, neto de Diogo Álvares Correia, o Caramuru. Dessa união nasceu Francisco Dias D’Ávila que herdou todos os bens após morte de Garcia D’Ávila, em 1609. Francisco se destacou nas lutas contra as invasões de Salvador e Pernambuco pelos holandeses, arregimentando índios e mamelucos (DINIZ, 2007, p. 42).

Para entendermos melhor o processo de fundação do território que originou o distrito de Monte Gordo, é preciso regressar ao ano de 1552 quando o governador geral Thomé de Souza doou, para Garcia D’Ávila, soldado e almoxarife da Cidade do Salvador, uma sesmaria (lote de terra) que se estendia do Rio Pojuca até o Itapicuru. Garcia D’Ávila nasceu em São Pedro de Rates em Portugal, no ano de 1528, e morreu na Cidade do Salvador em 20 de maio de 1609 (BARROS, 1920). Ele foi responsável pelo extermínio

⁵⁵Conforme o *Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*, n. B066, 1909 (BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO – BNRJ), o porto de Barra do Jacuípe era denominado de Porto de Braz Affonso.

de nações indígenas na região dos rios Joanes, Jacuípe, Pojuca, Sauípe e Itapicuru (BRUNET, 2008, p.16).

A missão jesuítica de Santo Antônio da Ressaca foi fundada em 1560 e durou pouco tempo. Em agosto de 1561, os padres da Companhia de Jesus, Luis da Grã e Antônio Rodrigues, este último foi o mesmo que fundou os aldeamentos do Espírito Santo (Vila de Abrantes), Santo Antônio de Rembé (Arembepe) e Santo Antônio da Ressaca (Barra do Jacuípe), fundaram o Aldeamento de Bom Jesus de Tatuapara e a Capela de Nossa Senhora da Conceição de Tatuapara. De acordo com o historiador, arqueólogo e padre alemão Carlos Ott (1996), quando a enseada de Tatuapara era vista da Praia de Itacimirim pelos índios tupinambás, estes tinham a impressão de que estavam vendo um tatu deitado, sendo este o sentido da palavra. Por essa razão, a enseada fora denominada pelos tupinambás de Tatuapara, estando localizada na Praia do Forte hoje município de Mata de São João. A enseada também ficou conhecida como Açú da Torre, devido à construção da Casa da Torre. Açú da Torre significa “grande torre”, sendo construída pelo trabalho escravo dos tupinambás e africanos. Foi batizada por Garcia D'Ávila de Singela Torre de São Pedro de Rates.

No Aldeamento de Bom Jesus de Tatuapara, foram congregados indígenas de aldeias que deixaram de ser autônomas e foram incluídas nessa nova missão, inclusive os índios do Aldeamento de Santo Antônio da Ressaca que, naquele momento, deixava de existir e passava a ser povoado por índios forros, negros e pardos escravizados. As terras do antigo aldeamento passaram a ser utilizadas como curral de gado e cavalos de Garcia D'Ávila, que tinha dez currais na região.

Segundo Gabriel Soares de Souza (1879, p. 37-38):

Este Garcia D'Ávila tem toda a sua fazenda em criações de vaccas e eguas, e terá alguns dez curraes por esta terra adiante: e os padres da companhia tem n'este direito uma aldêa de indios forros Tupinambás, a qual se chama de Santo Antonio, onde haverá mais de trezentos homens de peleja; e perto desta aldêa tem os padres três curraes de vaccas, que grangeam, os quaes têm na aldêa uma formosa igreja de Santo Antonio, e um recolhimento onde estão sempre um padre de missa e um irmão, que doutrinam estes indios na nossa santa fé catholica, no que os padres trabalham todo o possivel; mas por demais, porque é este gentio tão

barbaro, que até hoje não há nenhum que viva como christão, tanto que se apartam da conversação dos padres oito dias.

Garcia D'Ávila fixou residência em Tatuapara, que ficava a quatro léguas de distância da barra do Rio Jacuípe, e logo iniciou a construção da Casa da Torre, também denominada Forte e Castelo de Garcia D'Ávila, e, através de sua descendência, expandiu a criação de seu gado para o sertão, tornando a Casa da Torre detentora do maior latifúndio da América Latina, pois era proprietária de uma vasta área territorial estimada em 800 mil quilômetros quadrados. Seus herdeiros permaneceram por séculos como proprietários de sesmarias no Recôncavo da Bahia e em diversas regiões do Brasil. Por conta de desentendimentos entre Garcia D'Ávila, colonos e padres jesuítas, o Aldeamento de Tatuapara foi extinto em 1563 (BRESCANI, 2000, p. 17).

Um de seus descendentes e herdeiro foi o sádico Garcia D'Ávila Pereira de Aragão, acusado de cometer diversas “heresias” contra a Igreja Católica. Seu rol de acusações incluía desacatos aos santos católicos, adoração à estátua de uma “cabocla” e terríveis torturas contra escravos africanos e afro-brasileiros, praticadas na Casa da Torre.

Conforme Edite Diniz (2007, p. 43):

Após a morte de Francisco III, a responsabilidade pelo morgado passou para D'Ávila Pereira de Aragão, figura singular, sendo o IV da geração. Homem culto e muito rico tornou-se conhecido e temido pelo seu extremo sadismo.

Um interessante documento datado de 1750⁵⁶, redigido pelo vigário colado⁵⁷ da freguesia de Santo Amaro de Ipitanga João Rodrigues de Figueiredo, nos traz detalhes acerca das igrejas de Santo Antônio do Rio Jacuípe e São Bento do Monte Gordo, entre outras capelas da região. Nesse documento, o vigário declara que, na sua freguesia, havia capelas tão antigas como a de Ipitanga e que, nas margens do Rio Jacuípe, havia uma capela denominada de Santo Antônio sob a administração da Casa da Torre, e que uma légua mais adiante, em Monte Gordo, havia outra capela cujo padroeiro era São Bento. Essa igreja também estava sob a administração da Casa da Torre de Garcia D'Ávila. Nessa mesma documentação, encontramos um manuscrito redigido pelo padre Francisco Xavier

56 AHU. Caixa: 103, Documento Número: 8158.

57 Vigário Colado: Religioso indicado pela Coroa Portuguesa, sua colação ou confirmação sujeitava-se ao bispo (BOTELHO; REIS, 2008, p. 204).

Filgueiras, sacerdote do Hábito de São Pedro, graduado em Filosofia, mestre de artes, teólogo e doutor por indulto apostólico romano. Esse eminente religioso era o responsável pela capela do Rio Jacuípe e ali declarava ser residente na Barra do Rio Jacuípe e morar em uma casa junto à capela do Santo Antônio da qual era patrono e administrador o mestre de campo Francisco Dias D'Ávila, dizendo também que, naquele momento, a capela de Santo Antônio estava fechada por estar passando por obras de reparo. É importante dizer que essas igrejas passaram por intervenções ao longo dos séculos e, por essa razão, não possuem as mesmas características do período colonial. No entanto elas permanecem exatamente no mesmo local onde foram fundadas.

Para evitar a divisão da propriedade fundiária e a fragmentação de seus patrimônios, como gado, escravaria, equipamentos e terras, os grandes proprietários procuravam vincular parte de seus bens. As vinculações de propriedades mais comuns no Brasil foram o morgado, que era feito para fins seculares, e a capela, que estava ligada a objetivos eclesiásticos. A respeito da vinculação de capela, Schwartz (2005, p. 244) afirma:

Um outro tipo de vínculo, talvez mais comum (embora também isso seja apenas hipótese), era a capela, instituída sobre uma propriedade para fins eclesiásticos. Geralmente destinada à celebração de missas ou construção de capelas, a renda de determinada gleba era deixada a cargo do administrador, frequentemente o principal herdeiro. Como as capelas eram construídas o mais das vezes no próprio engenho, tais vínculos não implicavam ônus financeiro adicional e protegiam a propriedade vinculada, pois ela não podia ser dividida.

É importante registrar que Garcia D'Ávila instituiu as vinculações de morgado e de capela para seus bens.

Gabriel Soares de Souza ainda nos informa que, desde o ano de 1570, havia na Capitania da Bahia e seus recôncavos 62 igrejas, e que a maior parte dessas igrejas tinha capelães particulares.

Tem a Bahia com seus reconcavos sessenta e duas igrejas, em que entra a Sé, e tres mosteiros de religiosos, das quaes são dezesseis freguesias curadas, convem a saber: nove vigarias que paga S. M. e outras sete pagam aos curas os freguezes, e a mór parte das outras igrejas tem capellães e suas confrarias como em Lisboa; e todas estas igrejas estão mui consertadas, limpas e providas de ornamentos, em as quaes nos dias dos oragos se lhe faz muita festa (SOUZA, 1879, p. 142).

Os padres capelães ministravam os sacramentos da igreja como qualquer padre: rezavam missa, celebravam batismos, davam a extrema-unção, realizavam enterros e outras funções com a particularidade de que os sacerdotes preferiam atuar na função de padre capelão particular, por ser mais bem remunerado que os padres coadjutores. É importante também registrar que, das 62 igrejas fundadas na Bahia nesse período, três estavam localizadas no território que veio a se tornar município de Camaçari, que são as igrejas do Espírito Santo (Vila de Abrantes), Santo Antônio de Rembé, cujo padroeiro foi substituído pelos jesuítas por Nossa Senhora do Repouso (Arembepe) e Santo Antônio do Rio Jacuípe (Barra do Jacuípe). No início do século XVII, foram fundadas as capelas de São Bento de Monte Gordo (Monte Gordo) e Santo Antônio do Capuame, que ficava entre o que hoje é a sede da Ford Motor Company e o município de Dias D'Ávila, que outrora pertencia ao território de Camaçari. Outro dado importante é que a localidade de São Bento de Monte Gordo se tornou paróquia em 9 de setembro de 1816⁵⁸, sendo neste momento desmembrada da freguesia de Santo Amaro de Ipitanga (hoje município de Lauro de Freitas) que, assim como Camaçari, é uma das cidades mais antigas do Brasil.

Entre as inúmeras histórias relacionadas ao Distrito de Monte Gordo, registra-se a de Manoel Rodrigues, nascido na povoação de São Bento de Monte Gordo em 21 de fevereiro de 1696, homem "pardo", filho de Maria Rodrigues, nascida também em Monte Gordo em 1641, uma ex-escrava alforriada do comerciante de escravos Amador Aranha⁵⁹. Com o advento da exploração comercial das pedras preciosas no final do século XVII na região Sudeste, Manoel Rodrigues migra para a Capitania das Minas Gerais e se torna minerador, onde morreu em 1736 na Vila de Sabará, deixando bens valiosos para seus familiares residentes na povoação de Monte Gordo.

De acordo com o livro *Histórias que não contei*, publicado pela escritora e memorialista camaçariense Sandra Parente, a procedência do nome de Monte Gordo se deu da seguinte forma:

Este nome deve-se ao fato de que um capitão da guarda nacional, português trazido pelo governo brasileiro o nomeou assim, doando uma

⁵⁸ BNRJ. Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial: Para o ano de 1873, Bahia, n. 04, p. 182, 1872.

⁵⁹ ANTT. Autos de Habilitação de Antonia Alvarenga e a sobrinha. Feitos Findos, Juízo da Índia, Justificações Ultramarinas, Brasil, maço 41 n° 4.

sorte de terra no município de Abrantes. Seu nome era João dos Montes Teixeira, era gordo e pesava mais de 150 kg, o povo o tratava como o senhor Montegordo (PARENTE, 2007, p. 117-118).

Ao analisarmos essa narrativa, comparando-a com os fatos históricos, evidencia-se que a explicação da escritora não tem nenhuma sustentação. Garcia D'Ávila, quando fundou a Casa da Torre em Tatuapara, a denominou de Singela Torre de São Pedro de Rates, justamente fazendo alusão à Vila de São Pedro de Rates, situada no Conselho de Póvoa do Varzim, que era sua terra natal. O que justificaria, então, ter Garcia D'Ávila batizado uma de suas fazendas com o nome de São Bento de Monte Gordo? Primeiro, homenagear a São Bento, reverência que fez graças à presença dos padres do Mosteiro de São Bento da Cidade do Salvador em suas fazendas, principalmente após a saída dos jesuítas da região, quando foi extinto o Aldeamento de Bom Jesus de Tatuapara.

Segundo, como era costume do colonizador, Garcia D'Ávila decidiu, ao mesmo tempo, homenagear uma remota e secular localidade portuguesa. Em Portugal, existe uma antiquíssima freguesia situada na Costa Sul do Algarve denominada de Monte Gordo pertencente ao Conselho de Vila Real de Santo Antônio. O Distrito de Monte Gordo da Costa de Camaçari também é uma povoação litorânea, que tinha inicialmente como patrono o Santo Antônio do extinto Aldeamento da Barra do Rio Jacuípe, de onde se originaram os dez currais e, posteriormente, a localidade de São Bento de Monte Gordo.

Assim como observamos em nosso estudo, o historiador Cid Teixeira registra no opúsculo *Camaçari, uma bela história*:

Para afirmar e manter bem presente a disposição dos portugueses de afirmar a sua condição de colonizadores, a grande maioria das vilas foi fundada transferindo-se para o Brasil nomes de velhas vilas portuguesas. Assim, nomes que vinham da Idade Média portuguesa foram transplantados para batizarem grupamentos vicinais elevados à categoria de vila (TEIXEIRA, 2003, p. 7-8).

No período entre 1560 e 1860, as terras que compõem o território que viria a se tornar o distrito de Monte Gordo pertenciam a Garcia D'Ávila, passando de uma geração a outra a seus herdeiros. Na cadeia sucessória de Garcia D'Ávila, não há registros da pessoa de João dos Montes Teixeira.

Por isso, a sucessão por linha masculina dos D'Ávilas se extinguiu e passou para a família Pires de Carvalho e Albuquerque por meio do

sobrinho-neto de Aragão, Antônio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque. Esse mais tarde recebe o título de Barão e Visconde da Torre de Garcia D'Ávila por sua participação na luta pela independência do Brasil; sendo o último morgado da Casa da Torre. Segundo Pessoa, o sistema de morgado foi extinto legalmente em 1863 após a criação da Lei da Terra (1850) e da morte do Visconde da Torre em 1852, e o patrimônio da família se dispersou mediante heranças e vendas (DINIZ, 2007, p. 43).

João dos Montes Teixeira era natural de Monte Gordo⁶⁰, filho legítimo do pardo José Teixeira Franco Coelho e de dona Francisca Maria de Nazareth, mulher "branca" de origem lusitana⁶¹. Não sabemos dizer se João dos Montes Teixeira pesava mais de 150 kg, mas é fato que ele nunca foi proprietário das terras de São Bento de Monte Gordo. No século XIX, em 1858, houve a implementação da Lei de Terras, que obrigava todos os proprietários de terras a registrá-las. Nessa época, o padre Hilário Florêncio de Araújo era pároco da freguesia de Monte Gordo, responsável pelo registro de terras na freguesia. O livro de registro de terras de Monte Gordo nos revela que todas as terras da paróquia pertenciam ao Dr. Baltazar de Araújo Aragão Bulcão, por ter recebido essas glebas por herança dos finados visconde e viscondessa da Casa da Torre que, por sua vez, foram herdeiros e sucessores de Garcia D'Ávila, fundador do povoado e de suas seculares capelas⁶².

Desde a extinção do aldeamento de Santo Antônio da Ressaca em 1561, a região passou a ser ocupada por índios forros, vaqueiros brancos e mamelucos livres e, principalmente, por escravizados africanos, afro-brasileiros e mestiços. É importante registrar que, no início da colonização, os jesuítas reclamavam que, além de ser comum a escravização dos índios pelos colonos, eles os casavam com suas escravas de origem africana e mestiça na perspectiva de aumentar o número de seus cativos.

Segundo Stuart Schwartz (2005, p. 680): "A transição da predominância indígena para a africana na composição da força de trabalho escrava ocorreu aos poucos ao longo de aproximadamente meio século". Referindo-se à história do espaço geográfico em que

⁶⁰ ARQUIVO DA CÚRIA METROPOLITANA DE SALVADOR (ACMS). Livro de casamentos da freguesia de São Bento de Monte Gordo, 1864-1871, p. 34.

⁶¹ ARQUIVO DA CÚRIA METROPOLITANA DE SALVADOR (ACMS). Livro de casamentos da freguesia de São Bento de Monte Gordo, 1818-1863, p. 28.

⁶² ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (APEB). Registro de Terras da Freguesia de Monte Gordo, 1859, número 4750, folha 1.

está assentada a Casa da Torre, Edite Diniz (2007, p. 43) ressalta: "A história desse espaço geográfico se distinguiu por conflitos sangrentos com indígenas e por maus-tratos a escravos africanos".

Corroborando com esses fatos, temos, como exemplo, a morte agônica do escravo africano identificado como Fuão⁶³ ao ter empreendido fuga do seu cativo. Fuão foi descoberto nas matas de Monte Gordo pelo temido capitão de entradas e assaltos, indivíduo responsável pela captura de escravos fugidos, o pardo José Caetano Freire⁶⁴, que o capturou e o colocou no tronco⁶⁵.

Fuão comeu mandioca assada antes de ser encontrado pelo capitão Caetano Freire. Esse registro traz à luz a luta e agonia de um homem que batalhava em busca de sua liberdade que lhe foi roubada desde quando foi sequestrado em sua terra natal para servir como escravo no Brasil. A respeito da mandioca brava, Gabriel Soares de Souza assim refere:

Convém que declaremos a natural estranheza da água da mandioca que ela de si deita quando a espremem depois de ralada, porque é a mais terrível peçonha que há nas partes do Brasil, e quem quer que a bebe não escapa por mais contrapeçonha que lhe dêem; a qual é de qualidade que as galinhas em lhe tocando o bico, e levando uma só gota para baixo, caem todas da outra banda mortas, [...] (SOUZA, 1879, p. 155).

Existem dois grupos de mandioca no Brasil, a mansa e a brava. A primeira é conhecida como macaxeira, aipim e outros nomes, conforme a região brasileira, e que produz uma pequena quantidade de toxina quando cozida e, por essa razão, não faz mal a quem a consome. No entanto, a mandioca brava só pode ser consumida se for torrada, que é justamente o processo de fabricação da farinha de mandioca. As toxinas liberadas pela mandioca brava causam distúrbios gástricos, neurológicos, convulsões e dilatação da pupila, entre outros problemas. A mandioca é um alimento básico da cultura alimentar dos povos indígenas, e foi o primeiro alimento tipicamente brasileiro com que os colonizadores tiveram contato. O pobre Fuão morreu agonizando em um instrumento de

⁶³ARQUIVO DA CÚRIA METROPOLITANA DE SALVADOR (ACMS). Livro de óbitos da freguesia de São Bento de Monte Gordo, 1818-1855, p 29 v.

⁶⁴ARQUIVO DA CÚRIA METROPOLITANA DE SALVADOR (ACMS). Livro de óbitos da freguesia de São Bento de Monte Gordo, 1818-1855, p 49.

⁶⁵ Tronco: Instrumento de tortura que consistia num pedaço de madeira com furos, nos quais se colocavam os pés do indivíduo, normalmente escravo, imobilizando-o (BOTELHO; REIS, 2008, p. 200).

tortura, duplamente flagelado: primeiro, pelo alimento que o intoxicou e, depois, pela falta de compaixão do capitão do mato.

Em 1861, Dr. Baltazar de Araújo Aragão Bulcão e sua esposa, Catarina Álvares Paraguaçu Pires Bulcão, venderam por 2.900\$000, em Monte Gordo, um sítio denominado Cumbo a Domingos José da Silva⁶⁶. A partir dessa venda, deu início a outras vendas e, conseqüentemente, o desmembramento das terras da freguesia de São Bento do Monte Gordo que, durante doze gerações, permaneceram nas mãos dos herdeiros da Casa da Torre de Garcia D'Ávila. No Livro de Matrícula dos engenhos da Capitania da Bahia, há registros de nove engenhos de cana-de-açúcar situados na freguesia de Monte Gordo, cujas terras eram arrendadas aos proprietários dos engenhos.

Não podemos negar que importantes fatos históricos relacionados aos povos indígenas africanos e afro-brasileiros ocorreram na Costa de Camaçari, principalmente nas povoações situadas no entorno da Vila de Abrantes, que, por esta e outras razões, situa o município de Camaçari no contexto da história do Brasil desde o período colonial. Neste sentido, é de grande valia o testemunho de um periódico do Rio de Janeiro datado de meados do século XX, denominado *Diario de Noticias* (1959, ed.11144, p. 6), que publica:

Camaçari está muito ligado a História da Bahia e, por extensão a história pátria. Nêle se localiza o lendário solar – de Garcia D'Ávila, a "Casa da Torre", de que ainda hoje se vêem as importantes ruínas. Até 1924, a sede do município era a vestuta Vila de Nova Abrantes, (hoje Abrantes); foi transferida para Montenegro, que passou a chamar-se Camaçari.

A historiadora Tânia Gandon, ao se referir à participação de índios e negros nas lutas pela independência política do Brasil na Bahia, declara:

Nas lutas pela Independência da Bahia, obrigados pelas circunstâncias, índios e negros, livres e escravos, mestiços ou não, combateram lado a lado por uma causa estranha a seus interesses. Este foi o caso de muitos soldados dos chamados Batalhões da Torre, comandados pelo grande proprietário dos domínios da Casa da Torre nesta época Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque (GANDON, 1997, p. 142).

⁶⁶ APEB. Notas de Tabelaio, 1861-1862, volume 361, folhas58r- 59r.

Deve-se registrar que, 263 anos após a morte de Garcia D'Ávila, a freguesia de São Bento do Monte Gordo havia-se consolidado como um núcleo populacional multiétnico com a predominância de afro-brasileiros, no entanto o território é historicamente marcado pela presença de povos indígenas das antigas aldeias autônomas do período que antecede à colonização e dos velhos aldeamentos do início do processo de povoação.

De acordo com Copque (2019, p. 32):

Em 1872 foi realizado o recenseamento demográfico do Brasil e, através desse censo, constatamos que a Vila de Abrantes estava classificada na décima posição em número de escravos na Província da Bahia. A vila contabilizou um total de 13.466 habitantes com 2.909 brancos. A população negra e parda livres era de 2.388 habitantes, a de caboclos 2.198 e a de escravos 5.791. A cidade do Salvador, com todas as suas freguesias, concentrava 16.468 escravos e a Vila de Abrantes, com apenas três freguesias, possuía um número superior a um terço dos escravos da capital, o que nos revela que a Vila de Abrantes, além de ser uma área de grande importância para a agricultura, era também um significativo reduto escravista. Vale ressaltar que nessa época as freguesias que compunham a Vila de Abrantes eram Abrantes, São Bento do Monte Gordo e São Pedro do Açu da Torre, que era a maior paróquia em número de população livre e escrava.

O recenseamento da freguesia de Monte Gordo aponta para uma composição étnica da população de 1.809 pretos, 872 pardos, 849 brancos e 417 caboclos. O número de caboclos, como eram, em sua maioria, denominados os descendentes dos povos indígenas, poderia ser bem maior se levarmos em conta que eles também eram denominados de pardos. O número de seus descendentes em Monte Gordo poderia ser diferente do resultado apontado pelos recenseadores. Hoje, estudos genéticos demonstram que pessoas declaradas "pardas" possuem ancestralidades europeia, indígena e africana, variando de acordo com a pessoa e região em que vivem. O fenótipo não define a identidade genética. Camaçari é, historicamente, um território indígena e afro-brasileiro, mesmo com a presença e herança cultural e genética do europeu colonizador. Apesar de todas as tribos e matizes, Camaçari não deixou de ser um município de ancestralidade, cultura e identidade indígena e afro-brasileira.

A ocupação do território, que outrora fora a área de quatro aldeamentos indígenas, se distingue por ser uma região multiétnica, essencialmente marcada pelo sangue, cultura, ancestralidade, luta e resistência dos povos indígenas e afro-brasileiros.

A costa de Camaçari, desde antes do processo de colonização, foi forjada por migrações, invasões, lutas e resistências. As primeiras migrações foram dos povos nômades, anteriormente citados, seguidos dos povos de tradição Aratu derrotados e expulsos pelos povos tupis, que, por sua vez, foram brutalmente expropriados de suas terras e quase exterminados pelos colonizadores portugueses.

Sequestrando-as do continente africano, os colonizadores trouxeram milhares de pessoas de nações africanas para serem violentamente escravizadas nas Américas. Da mesma forma que seus ancestrais foram escravizados, os descendentes de indígenas e africanos que sobreviveram ao sangrento etnocídio patrocinado pelos colonizadores e, até hoje, os remanescentes desses povos só aos poucos vêm saindo da condição de inaudíveis e invisíveis a que foram relegados pela historiografia oficial.

Em diversos momentos da história, no Brasil, indígenas, caboclos, africanos, crioulos e libertos se uniram para fazer frente à opressão e combater as mais diversas formas de extermínio e vexação. Este território é essencialmente um museu a céu aberto de luta, solidariedade, resistência e cultura de Negros Brasis, Negros da Guiné, afro-brasileiros e das mais diversas nações indígenas. A identidade étnica e cultural dos nativos da Costa de Camaçari é por essência ameríndia, não deixando de ser lusa, banto, sudanesa. Historicamente, esses povos construíram variadas práticas e costumes. Suas trajetórias, saberes e memórias forjaram nossas práticas cotidianas que a nós chegaram por raízes e heranças étnico-culturais.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ARQUIVO DA CÚRIA METROPOLITANA DO SALVADOR (ACMS)

Laboratório de Conservação e Restauo Eugenio Veiga –Universidade Católica do Salvador, entidade detentora do acervo.

Livro de óbitos da freguesia de São Bento de Monte Gordo, 1818-1855.

Livro de casamentos da freguesia de São Bento de Monte Gordo, 1818-1863.

Livro de casamentos da freguesia de São Bento de Monte Gordo, 1864-1871.

ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO (ANTT)

Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, Processo 2562. João Dias.

Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, Processo 10704. Mecia Rodrigues.

Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, Processo 11036. Pantaleão Ribeiro.

Autos de Habilitação de Antonia Alvarenga e a sobrinha. Feitos Findos, Juízo da Índia, Justificações Ultramarinas, Brasil, maço 41 nº 4.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (APEB)

BARROS, Francisco Borges de. *Annaes do Archivo Publico e Museu do Estado da Bahia*, ano IV, v. VI e VII, 1920.

Registro de Terras da Freguesia de Monte Gordo, 1859, número 4750, folha 1.

Notas de Tabelião, 1861-1862, volume 361, folhas 58r- 59r.

ARQUIVO ULTRAMARINO (AHU)

AHU_ACL_CU_005, Caixa: 103, Documento Número: 8158:

Requerimento do vigário da freguesia de Santo Amaro de Ipitanga do Arcebispado da Bahia João Rodrigues de Figueiredo ao rei D. José, solicitando alvará para não se proceder ao desmembramento da referida freguesia sem primeiro ser citado e ouvido o direito do suplicante. (1750)

BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO (BNRJ)

Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial: Para o ano de 1873, Bahia, n. 04, p. 182, 1872.

Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, n. B066, 1909. p. C7.

Diario de Noticias do Rio de Janeiro, n. 11144, 1959, p. 6.

REFERÊNCIAS

BARATA, Carlos Eduardo de Almeida; CUNHA BUENO, Antônio Henrique Bittencourt da. *Dicionário das famílias brasileiras*. São Paulo, 2000 e 2001. CD-ROM.

BRUNET, Luciano Campos. *De aldeados a súditos: viver, trabalhar e resistir em Nova Abrantes do Espírito Santo, Bahia 1758-1760*. 2008. 121f. Dissertação (Mestrado em História)-Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

BOTELHO, Ângela Vianna; REIS, Liana Maria. *Dicionário Histórico Brasil Colônia e Império*. 6. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

BOURSCHEID, ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE S.A. *Projeto de Diagnóstico Arqueológico Interventivo: Terminal Privativo da Braskem, Candeias/Bahia*. Porto Alegre, 2014.

BRESCIANI, SJ, Carlos. *A primeira evangelização das aldeias ao redor de Salvador, Bahia: 1549-1569*. Salvador: Fundação Gregório de Mattos, 2000.

COPQUE, Diego de Jesus. Arembepe e seus 460 anos de história. *Camaçari Agora*, 23 out. 2020. Disponível em: <http://www.camacaritododia.com.br/colunistas/item/2914-arembepe-e-seus-460-anos-de-historia>. Acesso em: 2 dez.2020.

COPQUE, Diego de Jesus. Camaçari e os 461 anos de celebrações do Divino Espírito Santo de Abrantes. *Camaçari Agora*, 19 maio 2019. Disponível em: http://www.camacariagora.com.br/colunista.php?cod_colunista=116&cod_coluna=616. Acesso em: 2 dez.2020.

COPQUE, Diego de Jesus. Os 4 séculos de história de Santo Antônio do Rio Jacuípe e São Bento de Monte Gordo. *Camaçari Agora*, 18 nov.2020. Disponível em: http://www.camacariagora.com.br/dn.php?cod_noticia=21012. Acesso em: 2 dez.2020.

COPQUE, Diego de Jesus. Os sítios arqueológicos da costa de Camaçari e sua relevância histórica e sociocultural. *Camaçari Agora*, 15 dez. 2020. Disponível em: http://camacariagora.com.br/dn.php?cod_noticia=21147. Acesso em: 15 dez.2020.

COPQUE, Diego de Jesus. Resistência negra e indígena na Vila da Nova Abrantes do Espírito Santo. *Revista África e Africanidades*, ano 12, n. 32, nov. 2019. Disponível em: <http://www.africaeaficanidades.com.br/documentos/0240112019.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2020.

DINIZ, Edite Luiz. *Tapera, Pau Grande e Barreiro: uma geohistória de resistência de comunidades tradicionais, no Litoral Norte da Bahia*. 2007. 168f. Dissertação (Mestrado em Geografia)-Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2007.

HEMMING, John. Os índios do Brasil em 1500. In: BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina*. Trad. Maria Clara Cescato. São Paulo: Edusp, 2018.v.1: América Latina Colonial, p 101-127

NAVARRO, Eduardo de Almeida. *Dicionário de tupi antigo: a língua indígena clássica do Brasil*. São Paulo. Global. 2013.

OTT, Carlos. *Povoamento do Recôncavo pelos engenhos: 1536-1888*. Salvador: Bigraf, 1996. Vol. II.

PARENTE, Sandra. *Histórias que não contei*. Salvador. Fast Design. 2007.

RECENSEAMENTO do Brazil em 1872: Bahia. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzingner, 1872.

SAINT-ADOLPHE, J.C. Milliet de. *Dicionario Geographico Historico e Descriptivo do Imperio do Brazil*. Colaborador Caetano Lopes de Moura. Paris: J.P.Aillaud, 1845. v.I.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SOUZA, Gabriel Soares de. *Tratado Descriptivo do Brasil em 1587*. Rio de Janeiro: Tipografia Laemmert: Tipografia de João Inácio da Silva, 1879.

TEIXEIRA, Cid. *Camaçari, uma bela história*. Camaçari: Câmara Municipal de Camaçari; Salvador: Press Color, 2003.

TIBIRIÇÁ, Luiz Caldas. *Dicionário de topônimos brasileiros de origem tupi: significados dos nomes geográficos de origem tupi*. São Paulo: Traços, 1985.

SOBRE OS ORGANIZADORES

PAIVA, Luciano Luan Gomes: Diretor de Arte na Editora Amplamente Cursos, coordenando toda a produção visual e ações de publicidade nas redes sociais e site da empresa. No campo da Educação, atua como Coach Educacional, Palestrante, Ministrante de Oficinas (presenciais e on-line), Tutor a Distância na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e Professor de Música em múltiplos contextos. Como pesquisador, tem feito estudos sobre Aprendizagem mediada por Tecnologias Digitais sob a ótica da Complexidade; Formação Docente no âmbito das Tecnologias Digitais; e Mediação Pedagógica no Ciberespaço. Também é membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Música (GRUMUS-UFRN). Tem formação acadêmica, como Mestre em Música (com ênfase em Educação Musical) pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Especialista em Tecnologias Educacionais e Educação a Distância pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFRN). Licenciado em Música pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6192-6075>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0772088747598226>. E-mail: luciano.90@hotmail.com.

FREITAS, Dayana Lúcia Rodrigues de: Mestre em Ciências da Educação pelo Centro de Educação Continuada e Aperfeiçoamento Profissional (CECAP). Especialista em Mídias na Educação pela Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN). Especialista em Tecnologias Educacionais e Educação a Distância pelo Instituto Federal de Educação Ciências e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). Especialista em Metodologia do ensino de Biologia e Química pelo Instituto Pedagógico de Minas Gerais (IPEMIG/MG). Especialista em Educação Ambiental e Geografia do semiárido pelo Instituto Federal de Educação Ciências e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). Especialista em Ensino de Ciências Naturais e Matemática pelo Instituto Federal de Educação Ciências e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). Especialista em Língua Portuguesa, Matemática e Cidadania pelo Instituto Federal de Educação Ciências e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). Graduada em Licenciatura Plena em Biologia pelo Instituto Federal de Educação Ciências e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). Técnica em Meio Ambiente pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC/RS). Palestrante. Pesquisadora. Professora e Orientadora de cursos de Pós-Graduação e Graduação em instituições da rede privada em Macau/RN. Professora; Orientadora de TCC e Orientadora de Estágio Curricular Supervisionado da Escola Técnica Fanex Rede de Ensino – Macau/RN. Professora da Educação Básica do município de Guamaré/RN. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5355-3547>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5122671799874415>. E-mail: dayannaproducoes@gmail.com.

FERNANDES, Caroline Rodrigues de Freitas: Especialista em Mídias na Educação pela Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN). Pós-graduanda em Educação Inclusiva pelo Instituto Federal de Educação Ciências e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). Graduada em Licenciatura em História pela Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN). Graduanda em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Faculdade UNOPAR. Técnica em Contabilidade pelo Centro de Educação Integrada Monsenhor Honório (CEIMH). Atuou como professora da Rede Pública em Macau/RN. Atuou como professora da Escola Técnica Fanex Rede de Ensino – Macau/RN. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9198-6746>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5956672837215695>. E-mail: caroline_brum2005@hotmail.com.

SOBRE OS AUTORES

ALMEIDA, Francisca Das Chagas Dos Santos: Graduada em Pedagogia pela Universidade Do Estado do Rio Grande do Norte (Campus Avançado de Assú). Especialização no curso na área da Educação-Alfabetização e Letramento, no Instituto Superior de Educação Elvira Dayrell. Professora do Município de Pendências a 11 anos.

AMORIM, Tamires Aline de: Nasceu em Tangará da Serra E atualmente reside em Barra do Bugres. Formada em pedagogia pela Faculdade Intervale e pós graduada em Literatura Infantil pela Faculdade Intervale atua como professora na educação básica do ensino fundamental na cidade de Barra do Bugres-MT.

ANJOS, Josiane Guimarães dos: Graduação em pedagogia na Universidade estadual Vale do Acaraú. Pedagoga. Estudante de pós-graduação em Atendimento Educacional especializado (AEE) na instituição Ipebras. Estudante em pós-graduação Educação Especial Inclusiva na instituição Facuminas. E-mail: josianemacau2012@hotmail.com

ANTUNES, Claudia Zilene Grigorio: Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (Campus Avançado de Assú). Pós-Graduada na área de educação - Educação Infantil na Faculdade do Vale Elvira Dayrelle. E ainda cursando, na área da educação - Alfabetização e Letramento, na Faculdade do Vale Elvira Dayrelle. Professora do município de Pendências a 11 anos.

ANTUNES, Girlene Patrícia de Melo: Graduada em licenciatura plena em Pedagogia – UERN-Universidade Estadual do Rio Grande do Norte. Pós-Graduação em Gestão e Coordenação Escolar- FVJ- Faculdade do Vale do Jaguaribe; Pós-Graduação em curso Educação Especial e Inclusiva e Neoropsicopedagogia Institucional e Clínica- FAVENI- Faculdade Venda Nova do Imigrante. Professora da rede Municipal de Ensino na cidade de Pendências/RN e na cidade de Assú/RN. E-mail: girleni_heloisa@hotmail.com

ARAÚJO, Francisca Elitânia Bezerra de: Graduação em Letras - Língua Portuguesa e Suas Respectivas Literaturas pela Universidade do Estado do Rio Grande

do Norte. Pós-graduada em Leitura e Produção de Texto na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Pós-graduada em Letras, Português e Literatura no Centro De Ensino Superior Dom Alberto. Pós-graduada em Língua Espanhola no Instituto Nacional De Ensino Faculdade De Administração, Ciências, Educação, FACEL. Mestranda em Ciências da Educação na Faculdade Educacional de Cariri Paraibano, FECAP.

ASSIS, Ricardo: Lattes: Possui graduação em História pela Universidade de Cuiabá Unic (2002). Atualmente é professor na Secretaria de Estado de Educação do Estado do Mato Grosso SEDUC-MT. É especialista na área de História, com ênfase na História de Mato Grosso. Desenvolve o projeto intercultural intitulado "O Negro na Sociedade e na Educação". Atua há 17 anos na Escola estadual Profª. Eucaris Nunes da Cunha e Moraes", Poconé-MT, atuando como diretor há 09 anos. **Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/0333637768295130>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9018-0548>. E-mail: ricardinhoassis13@gmail.com

BASTOS, Heleuzina Lima: Mestre em Ciências pela Universidad San Lorenzo – UNISAL/PY. Especialização em Gestão do Trabalho Pedagógico: Administração, Orientação e Supervisão - Faculdade Internacional de Curitiba - FACINTER. Graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual de Roraima – UERR. E-mail: eleuzinasantos.rr@hotmail.com.

BILIO, Maria Geni Pereira: Graduada em Pedagogia pela Faculdade Integrada Cândido Rondon e em Geografia Licenciatura e Bacharelado pela UFMT. Especialista em Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa, em Tecnologias em Educação a Distância e em Mídias na Educação. Mestrado em Ensino pela Universidade de Cuiabá-UNIC na área de concentração: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Educação Escolar. Experiência (2018), sob a orientação da Prof. Dra. Maria das Graças Campos em Educação/Alfabetização e Ensino Fundamental, em Tutoria na área de presencial e tutoria em cursos de Pedagogia e Gestão Ambiental, além de experiência na Gestão Escolar na unidade escolar onde atua como docente. Foi bolsista no ano 2019 pela PROSUP/CAPES e participa do Grupo de Pesquisa em Humanidades e Sociedade Contemporânea do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Mato Grosso. Atividade atual: Docente efetiva da Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT, onde coordenou o

Projeto Mais Educação e participa dos trabalhos de apoio pedagógico. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5545755618918157>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8742-6917>. E-mail: genibilioprofessora@gmail.com

BORGES, Jassiara Santos: Mestranda em Ciências da Educação pelo Centro de Educação Continuada e Aperfeiçoamento Profissional (CECAP). Docente nos Municípios de Guamaré/RN e Galinhos/RN. E-mail: jassiarasb@hotmail.com

BORGES, Maciel da Paixão: Nasceu em Várzea Grande, MT e atualmente reside em Barra do Bugres-MT. Formado em Letras pela Universidade do Estado de Mato Grosso, Pedagogia pela Intervale, pós graduado em Literatura Infantil pela Intervale e Educação de Jovens e Adultos pela Faculdade Integrada Varzeagrandense. Atualmente é mestrando em Estudos Literários pela Universidade do Estado de Mato Grosso e atual como professor da educação básica no município de Barra do Bugres-MT.

CALIXTO, Tânia Almeida Mestre em Ciências pela Universidad San Lorenzo – UNISAL/PY. Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social - Universidade Federal de Roraima –UFRR. Graduação em História - Faculdades Integradas de Ariquemes – FIAR. E-mail: tcalixtoprof@gmail.com.

CARVALHO, Marilene Luzia Pinto de: Possui graduação em História pela Universidade de Cuiabá UNIC (2002) Cuiabá/MT. Atualmente é professora na Secretaria de Estado de Educação do Estado do Mato Grosso SEDUC-MT. É especialista na área de Educação do Campo. Atua há 16 anos na educação, entre o Ensino Fundamental e Médio, atualmente está trabalhando em escola do campo e na Escola Estadual do Campo Dom Francisco de Aquino Corrêa, Poconé-MT. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3321620402771172>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6178-1889>. E-mail: marilenevendedora@hotmail.com

CAZZARE, Cláudia Daniela: Especialista em Psicopedagogia; Educação Especial Inclusiva; Gestão e Cooperativismo aplicados a Educação. Professora da rede municipal de Dois Vizinhos, Paraná. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6820911301498145>. E-mail: claudia_cazzare@hotmail.com

CENTURIÓN, Diosnel: Possui doutorado (Ph.D.) em Comunicação Internacional - Macquarie University, Australia (2000). Tem experiência na área de Educação, Administração, Jornalismo, Gestão ambiental, Cultura, Saúde, Estudos de desenvolvimento, com ênfase em Pesquisa. Investigação em geral. Em Paraguay, professor nas Universidades Americana de Asunción; Evangélica; UNIDA; e a San Lorenzo. Orientador de dissertações e teses de mestrado e doutorado nessas universidades. Pesquisador em várias universidades e agencias independentes e como free lance. Leciona em graduação e pós-graduação. Publicação de livros, capítulos de livros, artigos em revistas científicas. Últimos livros: 1) Investigación, Método y Estilo: Normas técnicas para la elaboración de trabajos académicos, científicos y periodísticos. Curitiba, Brasil: Editora CRV, 2012. 2) Manual abreviado de método e estilo: Guia para elaboração de teses e dissertações baseada em normas acadêmicas internacionais, Curitiba, Brasil: Editora CRV, 2015. Atualmente: Presidente da Associação Global de Pesquisadores da Comunicação. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6215897838183089>

COPQUE, Diego de Jesus: Autor do Livro: Do Joanes ao Jacuípe, uma história de muitas querelas, tensões e disputas locais, que em breve, será publicado através da lei federal Nº 14.017/2020, conhecida como lei Aldir Blanc; Copque é responsável pela publicação de artigos na imprensa local de Camaçari e na Revista África e Africanidades de fatos importantes a respeito da história de Camaçari; Autor da poesia Lei da Escravidão, publicada em 2019 no livro Antologia Poética Internacional Vol. IV; Autor do texto que compõe a orelha do livro Antologia Poética Vol. XIV ambos publicados pela Cogito editora; Prestou consultoria para elaboração de Projetos de Lei para a Vereadora do município de Camaçari Fafá de Senhorinho, como: Projeto de Lei- 034/2019, que reconhece a data de fundação do Aldeamento do Espírito Santo a partir do Festival Cívico de Abrantes; Projeto de Lei- 057/2019, que solicita o reconhecimento da Festa do Divino Espírito Santo de Abrantes como patrimônio cultural histórico e imaterial de Camaçari; Ministração gratuita de uma série de palestras em escolas da rede pública e privada do município, no ano de 2019; Foi homenageado pela Câmara de Vereadores de Camaçari, através de uma Moção de Aplausos, por ter revelado a verdadeira data de fundação da cidade de Camaçari; Recebimento da Medalha Desembargador Montenegro, maior

honraria da cidade em virtude da relevância de meus estudos; atuou como historiador na equipe responsável pelo processo de Tombamento da Igreja do Espírito Santo de Abrantes-Camaçari/Ba. Atualmente é responsável por uma pesquisa historiográfica a Convite da professora da Université d' Provence Aix-Marseille – França, Dr^a. Ernestine Carreira, Diretora do Institut des Mondes Africains/ C.N.R.S. (Aix-Paris), sobre a trajetória comercial da família portuguesa "Ribeiro Neves", a partir de sua transmigração de Portugal para o Brasil, no século XVIII. <https://orcid.org/0000-0002-1337-2300>

DOMINGOS, Heliton Luiz: Possui graduação em História pela Universidade do Estado de Mato Grosso (2009). Atualmente é Professor da Escola Estadual do/no Campo Dom Francisco de Aquino Corrêa. Tem experiência na área de História. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1377069440884058>. E-mail: ton_hld@hotmail.com

EVANGELISTA, Sybelle de Lima: Possui graduação em Letras - Língua Portuguesa pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (2013), possui Pós graduação em Ensino de Artes e pós graduação em Língua Portuguesa e Docência no Ensino Superior. Atualmente é professora^a língua portuguesa da Escola Municipal Prof^a Maura de Medeiros Bezerra, Centro de Educação Integrada Monsenhor Honório, Escola Padre João Penha, Escola Ressurreição, Ensino da EJA (Programa do Estado do RN), Programa Pro-Itéc e Escola Estadual Professora Nádia Câmara. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Língua Portuguesa e Ensino das Artes. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8691952741482794>. E-mail: bellysales24@live.com

FARIA, João Paulo de Oliveira: Possui Licenciatura Plena em Educação Física pela Fundação Universitária de Itaperuna (2003), Mestrado em Ensino pela Universidade Federal Fluminense (UFF/INFES) e Mestrado em Ciências da Educação pela Universidade Americana Py. Pós-graduado em: Psicopedagogia, Docência do Ensino Superior, Recreação e Lazer e MBA em Gestão Empreendedora da Escola. É Diretor Geral do Ciep 263 - Lina Bo Bardi, Professor Docente I (Disciplina: Educação Física) da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro. Atua como Professor Universitário nas seguintes Instituições: Universidade Iguazu UNIG-Itaperuna, Instituto Superior de Educação do Município de Itaperuna-ISEMI e UNIFAMINAS-Muriaé. Tem experiência nas seguintes áreas: Aspectos Didáticos e Pedagógicos da Educação e da Educação Física,

com ênfase em Práticas Pedagógicas, Formação Docente e Didática da Educação Física.
<http://lattes.cnpq.br/3561556631615160>

FERNANDES, Caroline Rodrigues de Freitas: Especialista em Mídias na Educação pela Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN). Pós-graduanda em Educação Inclusiva pelo Instituto Federal de Educação Ciências e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). Graduada em Licenciatura em História pela Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN). Graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Faculdade UNOPAR. Técnica em Contabilidade pelo Centro de Educação Integrada Monsenhor Honório (CEIMH). Professora da Rede Pública e Privada em Macau/RN. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9198-6746>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5956672837215695>. E-mail: caroline_brum2005@hotmail.com.

FIGUEIREDO, Maria Fernanda de Lima: Graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia (Universidade Estadual Vale do Acaraú), Pós-Graduação em Psicopedagogia Institucional e Clínica (Faculdade do Maceço de Baturiter), Pós-Graduação em Educação Infantil (Faculdade Venda Nova do Imigrante). Professora da Rede Municipal de Ensino na Cidade de Pendências/RN. E-mail: mariafernanda0804@outlook.com

FREITAS, Dayana Lúcia Rodrigues de: Mestre em Ciências da Educação pelo Centro de Educação Continuada e Aperfeiçoamento Profissional (CECAP). Especialista em Mídias na Educação pela Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN). Especialista em Tecnologias Educacionais e Educação a Distância pelo Instituto Federal de Educação Ciências e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). Especialista em Metodologia do ensino de Biologia e Química pelo Instituto Pedagógico de Minas Gerais (IPEMIG/MG). Especialista em Educação Ambiental e Geografia do semiárido pelo Instituto Federal de Educação Ciências e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). Especialista em Ensino de Ciências Naturais e Matemática pelo Instituto Federal de Educação Ciências e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). Especialista em Língua Portuguesa, Matemática e Cidadania pelo Instituto Federal de Educação Ciências e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). Graduada em Licenciatura Plena em Biologia pelo Instituto Federal de Educação Ciências e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). Técnica em Meio Ambiente pelo Serviço Nacional de Aprendizagem

Comercial (SENAC/RS). Palestrante. Pesquisadora. Professora e Orientadora de cursos de Pós-Graduação e Graduação em instituições da rede privada em Macau/RN. Professora; Orientadora de TCC e Orientadora de Estágio Curricular Supervisionado da Escola Técnica Fanex Rede de Ensino – Macau/RN. Professora da Educação Básica do município de Guamaré/RN. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5355-3547>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5122671799874415>. E-mail: dayannaproducoes@gmail.com.

LIMA, Adão Machado: Mestre em Programa de Pós-Graduação em Ciências Moleculares, na Universidade Estadual de Goiás (UEG), campus Anápolis (GO). Possui graduação em Química pela Universidade Federal do Tocantins e Matemática pela Faculdade de Brasília (FABRAS). Atualmente trabalho como Professor de Matemática e Física no Centro de Ensino Médio Ary Ribeiro Valadão Filho em Gurupi-TO. Assim tendo como foco de pesquisa as Ciências dos Materiais e Polímeros. CV: <http://lattes.cnpq.br/7552645014987687>

MELO, Dymonna Sandryne da Silva: Graduada em Licenciatura plena em Pedagogia (Universidade Estadual Vale do Acaraú), Pós-Graduação em Gestão Escolar de Pesquisa. Professora da rede Municipal de Ensino na cidade de Pendências/RN. E-mail: sandrynedymonna@gmail.com

MENDES, Eliana Ester Cristante: Nasceu em Tangara da Serra- MT e atualmente reside em Assari-MT. Formada em pedagogia pela Ulbra e pós graduada em Especialista em Eduacacao Infantil com Ênfase na Inclusão pela Faculdade Afirmativo atua como professora na educação básica do ensino fundamental na cidade de Barra do Bugres- MT.

MORAES, Adriana Ferreira da Silva: Nasceu em Barra do Bugres, Mato Grosso. Atualmente reside em Assari, também no estado. Formada em pedagogia pela Unip e pós graduada em educação infantil e anos iniciais pela faculdade Futura, atua como professora na educação básica do ensino fundamental na cidade de Barra do Bugres-MT.

MOURA, Dayanne Chianca de: Possui licenciatura (2007), mestrado (2009) e doutorado (2014) em Química pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte e

licenciatura em Pedagogia (2021) pelo Centro Universitário Internacional – UNINTER. Realizou Pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Química da UFRN (2015-2017) com estágio na *Universidad de las Americas-Puebla* (México). Atualmente é professora formadora do Instituto de Educação Superior Presidente Kennedy (IFESP). Tem experiência na área de Química e Ciências Naturais atuando principalmente nos seguintes temas: química ambiental, eletroquímica, tratamento de efluentes, ensino de Ciências. Também possui experiência na área de educação e formação de professores. Exerceu a função de coordenadora de Pesquisa no IFESP (2019-2020) orientando projetos de Iniciação Científica. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5569739045933136>

NASCIMENTO, Alzineide Da Silva: Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (Campus Avançando de Assú). Pós-Graduada na área da educação - Alfabetização e Letramento, na Faculdade do Vale Elvira Dayrelle. Pós-Graduada na área da educação - Educação Infantil na Faculdade do Vale Elvira Deyrelle. Professora do município de Pendências a 11 anos.

NOVAES, José Carlos Assunção: Mestre em Letras pela Universidade Federal da Bahia, UFBA, e doutorando em Língua e Cultura do PPGLINC/UFBA. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4519289105467081>. E-mail: jcanovaes@gmail.com

OLIVEIRA, Antônia Irení Almeida: Mestre em Ciências pela Universidad San Lorenzo – UNISAL/PY. Graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual de Roraima - UERR. E-mail: profirenalmeida@gmail.com.

PINTO, Marilda Domingas: Possui graduação em História pela Universidade de Cuiabá (2002) e especialização em Educação Interdisciplinar pelo Instituto Cuiabano de Educação (2006). Atualmente é Professora da Escola Estadual Bacharel Ribeiro de Arruda. Tem experiência na área de História. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3777582950550690>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1968-7247>. E-mail: marildadomingas77@hotmail.com

RAMOS, Estela Batista Da Silva: Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual Do Rio Grande do Norte. Pós-graduada em Educação Infantil pela Instituição Anhanguera. Professora do município de Pendências/RN.

SANTOS, Irene Rodrigues Dos: Graduada em Licenciatura plena em Pedagogia (Universidade do Estado do Rio Grande do Norte), cursando Pós-Graduação em Educação Infantil e Ensino Fundamental (Faculdade do Maciço de Baturité). Professora da rede Municipal de Ensino na cidade de Pendências/RN. E-mail: rodriguesirene1961@gmail.com

SANTOS, Maria Oracilda Castanha: Especialista em Português e Espanhol; Gestão e Organização Escolar; Educação do campo; Educação Especial com Ênfase em Deficiências. Professora da rede municipal de Dois Vizinhos, Paraná. E-mail: mariacastanha10@hotmail.com

SANTOS, Nednaldo Dantas dos: Possui licenciatura (2004), bacharelado (2005) e mestrado (2007) em Ciências Biológicas; e doutorado em Ciências da Saúde (2012) pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Licenciado em matemática (2020) e pedagogia (2021) pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER). Realizou Pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde com o desenvolvimento de Produtos Nanotecnológicos na UFRN (2013). Atualmente é professor formador do Instituto de Educação Superior Presidente Kennedy (IFESP). Tem experiência na área de Botânica, com ênfase em morfologia externa, extração e purificação de polissacarídeos sulfatados de vegetais marinhos e dulcícolas, avaliação de atividades biológicas in vitro e in vivo, desenvolvimento e avaliação de nano e micro sistemas e suas aplicações biotecnológicas e farmacêuticas. Possui experiência na área de educação e formação de professores nas áreas de ciências naturais e exatas. Desempenhou atividades como coordenador do Curso de Pós-Graduação em Educação Ambiental, Projetos Especiais e Pesquisa no IFESP. Participou como Membro do GT de Formação do Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3538940359754089>. ORCID ID: orcid.org/0000-0003-2617-7261

SILVA, Eneidina Aparecida da: Nasceu em Rosário-Oeste, MT. Atualmente reside em Assari, Distrito de Barra do Bugres. Formada em pedagogia pela UNIP-Universidade Paulista e pós graduada em Educação Infantil e Anos Iniciais pela FAVENI- Faculdade Venda Nova do Imigrante, atua como professora na educação básica do ensino fundamental na cidade de Barra do Bugres-MT.

SILVA, Girlene Rosa de Souza: Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (Campus Avançando de Assú). Pós-Graduada na área da educação - Alfabetização e Letramento, na Faculdade do Vale Elvira Dayrelle. Pós-Graduada na área da educação - Educação Infantil na Faculdade do Vale Elvira Deyrelle. Professora do município de Pendências a 11 anos.

SILVA, Ilkecia Kalini: Possui licenciatura (2006) em Química pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte e licenciatura em Pedagogia (2021) pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER). Realizou especialização (2017) pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Potiguar (UNP). Atualmente é docente e gestora da Educação Básica Estadual do Rio Grande do Norte (SEEC/RN). Tem experiência na área de Meio Ambiente, com ênfase em Química Ambiental, atuando principalmente na área de rejeitos químicos, impactos ambientais e estações de tratamento ETA/ETE. Foi docente supervisora do PIBID de Química/UFRN (2008). Atuou na gestão da Escola Estadual Professor Edgar (2010/2014) e como professora do PRONATEC no curso de Operador de ETA e ETE, Condutor Ambiental, Combate de Endemias e Técnico em Meio Ambiente (2012-2016). Desenvolveu ações como técnica pedagógica do Projeto Governo Cidadão/UES/SEEC acompanhando ações voltadas para Educação Profissional e Sistema de Avaliação Institucional (2015-2018). E atuou como professora Formadora do Instituto de Educação Superior Presidente Kennedy (IFESP). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5581830853098931>

SILVA, Josete Rodrigues da: Graduada em Licenciatura pedagogia (UERN). Pós-graduação em Educação infantil e anos iniciais - Faculdade Futura. cursando Pós-graduação em Educação infantil – FACESA. Professora no município de Pendências/RN. E-mail: josetcomcristo@hotmail.com

SILVA, Maria das Vitórias Nascimento de Assis da: Graduada em Licenciatura Plena em Matemática- UFRN, Especialista em Coordenação Pedagógica- UCDB, atuando como coordenadora de escola Estadual Dom José Adelino Dantas. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8953537789929363>. E-mail: vitoriaassis2013@hotmail.com.

SILVA, Marinalva Bezerra da: Mestre em Ciências pela Universidad San Lorenzo – UNISAL/PY. Graduada em Licenciatura em Letras, Espanhol e Licenciatura

Hispanica/IFRR. Especialização em Gestão do Trabalho Pedagógico: Administração, Orientação e Supervisão - Faculdade Internacional de Curitiba - FACINTER. E-mail: nalvabezerranalva@gmail.com.

SILVA, Rosilda de Jesus: Mestre em Ciências pela Universidad San Lorenzo – UNISAL/PY. Especialista em Psicopedagogia pela Faculdade de Ciências, Educação e Teologia do Norte – FACETEN. Graduação Normal Superior pela Faculdade de Ciências, Educação e Teologia do Norte do Brasil. E-mail: rosildapajau@yahoo.com.br.

SILVA, Salione: Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Rio Grande do Norte Assú. cursando especialização em Educação Infantil e alfabetização pela Instituição Faciba -BA e professora do Município de Pendências-RN. E-mail: salionesilva@gmail.com

SOUSA, Ana Clécia Ribeiro Santos: Pedagoga. Docente nos Município de Macau/RN e Guamaré/RN. E-mail: anacleciapy@hotmail.com

TAVARES, Karina Regina de Oliveira: Graduada em licenciatura plena em Pedagogia – UERN. Pós-Graduação em Gestão e Coordenação Escolar- FVJ- Faculdade do Vale do Jaguaribe; Pós-Graduação em Educação Infantil- Anhanguera- Universidade Anhanguera Uniderp; Pós-Graduação em Educação Especial e Inclusiva e Neoropsicopedagogia Institucional e Clínica- FAVENI- Faculdade Venda Nova do Imigrante. Professora da rede Municipal de Ensino na cidade de Pendências/RN. E-mail: Karina.ang@hotmail.com

TEIXEIRA, Damares de Oliveira: Pedagoga. Mestra em Ciências da Educação pelo Centro de Educação Continuada e Aperfeiçoamento Profissional (CECAP). Professora no município de Macau/RN.

TOLEDO, Ederilton Cassiano: Possui graduação em Educação Física pelo Fundação Universitária de Itaperuna (2003), especialização em Gestão Administração e Marketing pela Faculdades Integradas Maria Thereza (2004), especialização em Figurino E Carnaval pela Universidade Veiga de Almeida (2019), especialização em Especialização Em Didática Do Ensino Superior pela Faculdade Redentor (2004), especialização em Curso De Especialização Para Gestores Da Educação Pública pela

Universidade Federal de Juiz de Fora (2007) e mestrado em Ciências da Educação pela Universidad Americana del Paraguay (2017). Atualmente é Professor Docente da Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro - Santo Cristo. Tem experiência na área de Artes. <http://lattes.cnpq.br/4855072868340208>

ÍNDICE REMISSIVO

A

Ácidos Carboxílicos, [197](#)
Adaptação curricular, [113](#)
Aldeamento indígena, [209](#)
Alunos da EJA, [248](#)
Ancestralidade, [209](#)
Anos Finais, [232](#)
Anos Iniciais do Ensino Fundamental, [72](#)
Aprendizado, [248](#)
Aprendizagem, [11](#), [129](#), [232](#), [259](#)
Arte, [82](#)

B

Base Esmeraldina, [197](#)

C

Competências, [139](#)
Costa de Camaçari, [209](#)
Currículo matemático, [113](#)

D

Dança, [82](#)

E

Educação, [21](#), [173](#), [248](#)
Educação Especial, [159](#)
Educação Infantil, [11](#), [21](#)
Educador, [269](#)
Educando, [269](#)
Ensino, [51](#), [129](#), [259](#)
Ensino da Matemática, [113](#)
Ensino Fundamental, [63](#)
Escola, [82](#)
Escola Inclusiva, [159](#)
Estratégias, [139](#)
Ética, [21](#)

F

Família, [159](#)
Fanfarra, [173](#)

Formação, [139](#)
Formação continuada, [269](#)

H

Hábito de ler, [41](#)
História oral, [173](#)

I

Interdisciplinaridade, [72](#)

L

Leitura, [41](#)
Ludicidade, [51](#)

M

Metodologia, [41](#), [51](#)
Monte Gordo, [209](#)
Mudança linguística, [94](#)

P

Polímeros, [197](#)
Prática Docente, [269](#)
Prática Pedagógica, [72](#), [129](#), [173](#), [259](#)
Projeto, [63](#), [82](#)
Protagonista, [248](#)
Psicopedagogia, [11](#)

S

Sal Esmeraldina, [197](#)
Software, [232](#)
Sujeito Nulo, [94](#)

T

Tecnologia, [63](#), [232](#)
Teoria de Princípios e Parâmetros, [94](#)

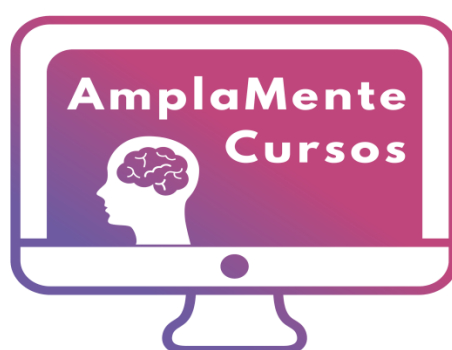
V

Variação Social, [94](#)
Vila de Abrantes, [209](#)

E-BOOK

CONCEPÇÕES E PERSPECTIVAS PARA A EDUCAÇÃO

1ª EDIÇÃO. VOLUME 01.



**EDITORA DE LIVROS
FORMAÇÃO CONTINUADA**

ORGANIZADORES

Luciano Luan Gomes Paiva
Dayana Lúcia Rodrigues de Freitas
Caroline Rodrigues de Freitas Fernandes

DOI: 10.47538/AC-2021.01

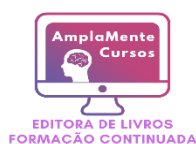
ISBN: 978-65-992789-7-6

 (84) 99707 2900

 @amplamentecursos

 amplamentecursos

 publicacoes@editoraamplamente.com.br



EDITORA DE LIVROS
FORMAÇÃO CONTINUADA

Ano 2021